

PAC

Prestação Anual de Contas - 2022



Cergal

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa Eletrificação Anita Garibaldi
CERGA

Relatório Anual Societário 2022

Tubarão, Abril de 2023

Índice

Relatório da Administração Societário	3
Demonstrações Contábeis Societárias	35
Balanco Patrimonial Societario	36
Demonstração das Sobras do Exercício Societário	39
Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido Societário.....	41
Demonstração do Valor Adicionado Societário	43
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	45
Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Societárias.....	48
Parecer do Conselho Fiscal.....	78
Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias	80
Relatório da Administração Regulatório	84
Demonstrações Contábeis Regulatórias	116
Balanco Patrimonial Regulatório.....	117
Demonstração das Sobras do Exercício Regulatório.....	120
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	122
Demonstração do Fluxo de Caixa regulatório	124
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias	127
Notas Conciliatórias societaria x Regulatória	152
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias	160

Relatório da Administração Societário

Relatório Anual da Administração
da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi: Associado, você é a razão da nossa energia.

A CERGA foi fundada em 10 de outubro de 1963 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais do município de Tubarão.

A missão da CERGA é distribuir energia elétrica de qualidade aos associados/consumidores, promovendo o cooperativismo e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

Temos ainda como visão ser uma distribuidora de energia elétrica reconhecida pela excelência e, necessária para o desenvolvimento socioeconômico em sua área de permissão.

Nossos valores são: segurança e qualidade de vida; cooperativismo; valorização dos colaboradores; responsabilidade socioambiental; ética; transparência e melhoria contínua.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2022.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e associados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

Pessoas ligadas às comunidades de Passo do Gado, Madre e Congonhas, de Tubarão, fundaram, em 10 de outubro de 1963, a CERGAL – Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, que iniciou suas atividades em 06 de fevereiro de 1964. A CERGAL surgiu tendo como objetivo levar energia elétrica para tais localidades, já que elas se encontravam isoladas da área urbana da cidade.

De 1967 até hoje, com a construção de novas redes, a Cooperativa cresceu muito, passando a atender mais localidades. Atualmente a CERGAL atende em todo o seu sistema 19.765 associados.

As melhorias da CERGAL são constantes. A Cooperativa investe continuamente, visando sempre a continuidade e a qualidade da energia consumida pelos associados/consumidores. A história revela que a atuação da CERGAL foi de fundamental importância para o desenvolvimento de várias comunidades de Tubarão e Jaguaruna onde foram construídas suas redes de energia elétrica. Assim, a CERGAL faz parte da história destas cidades onde contribuiu significativamente para o seu crescimento.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi é uma distribuidora de energia elétrica que fornece energia nas cidades de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Procuramos prestar os melhores serviços há mais de 50 anos, sempre visando a qualidade e o bem estar do associado/consumidor.

O destaque de 2022 foi à classe rural com o incremento de 18,11% comparado a 2021 seguida da classe de serviços públicos que obteve crescimento de 10,16%.

Acreditamos na valorização e qualificação de nossos colaboradores proporcionando-lhes constantemente participações em seminários, palestras e cursos voltados para o aperfeiçoamento dos mesmos nas mais diversas áreas, tais como:

- **Área Técnica:** Treinamento da Normas Técnicas Fecoerusc, Treinamento sobre reguladores de tensão, Telemetria dos consumidores do Grupo A, Encontro Técnico USEALL, Treinamento nas Normas SIPAT , Treinamento para novos membros da CIPA, Reciclagem dos cursos das Normas NR10 e NR 35.

- **Área Administrativa e Comercial:** Curso sobre Planejamento Estratégico; Formação de Auditores Internos, Execução do projeto social Mulheres Cooperativistas, Curso de Gestão estratégica para Cooperativa do Ramo; Treinamento TI, Treinamento sobre o DOO no sistema de qualidade.

Além destes cursos, os colaboradores também tiveram a oportunidade de participar em Workshop e seminários nas mais diversas áreas. Para o quadro de diretores da CERGA foi proporcionado um treinamento sobre o cooperativismo.

A busca pela qualidade dos serviços e o bom atendimento aos associados será sempre o maior objetivo da CERGA.

A CERGA foi recertificada em 2022 através de rigorosa auditoria realizada pela BRTUV - Avaliações de Qualidade S/A, conforme Norma **NBR ISO 9001.2015**, referente coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes.

Sendo assim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados/

consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERGA distribui energia elétrica nos municípios de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, atendendo 19.765 consumidores sendo que 18.172 são da classe residencial, 796 da classe comercial, 197 da classe industrial e 05 da classe industrial livre e o restante, ou seja, 595, das demais classes.

.Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2022, 783 novas ligações, sendo 703

Residenciais, 52 Comerciais, 7 Industriais, 19 Rurais e 02 Serviços Públicos, totalizando 19.765 consumidores atendidos pela Permissionária, base dezembro de 2022, representando 1,93% superior ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores

Consumidores	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	18172	17.812	17.436	16.936	16.556
Comercial	796	786	763	724	688
Industrial	202	189	184	201	191
Rural	535	543	546	520	526
Poderes Públicos	43	44	44	41	41
Iluminação Pública	4	4	4	4	4
Serviço Público	13	13	14	11	13
Total	19.765	19.391	18.991	18.437	18.019
Variação	1,93%	2,11%	3,00%	2,32%	3,15%

.Comportamento do Mercado – A distribuição de energia da CERGA no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 58,27 GWh.

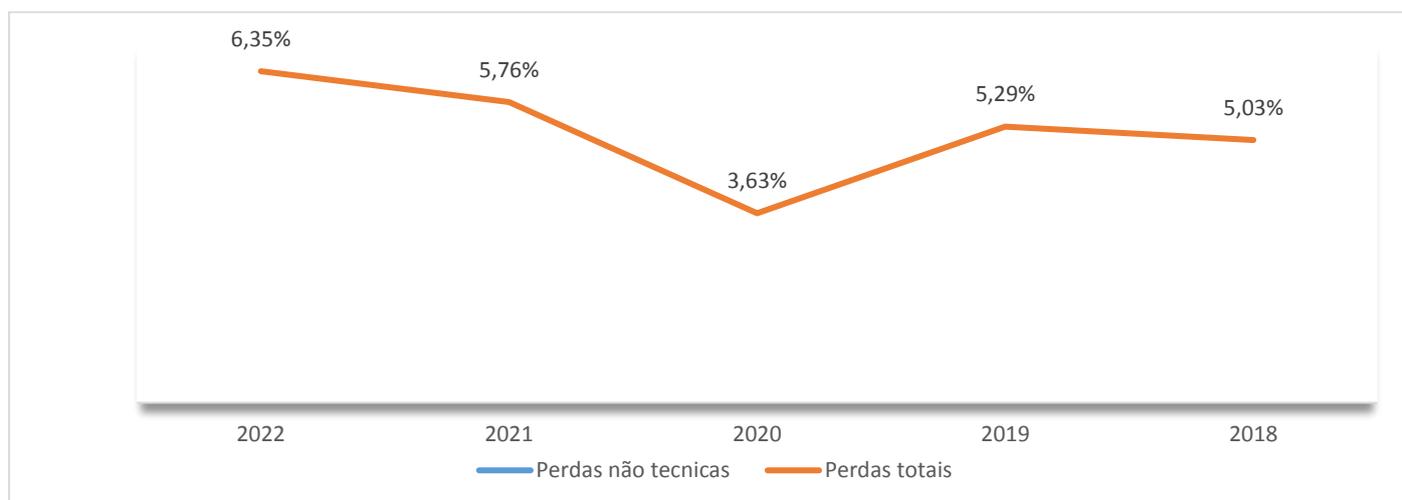
Mercado Atendido - GWh	2022	2021	2020	2019	2018
Energia Faturada	58,27	57,25	59,05	65,31	67,51
Fornecimento	58,27	57,25	59,05	65,31	67,51
Residencial	35,32	34,68	34,18	33,42	32,26
Comercial	9,41	9,65	8,96	9,09	9,15
Industrial	4,77	4,36	7,63	14,97	19,24
Rural	3,13	2,65	2,70	3,12	2,37
Poderes Públicos	0,76	1,23	0,98	0,84	0,75
Iluminação Pública	3,56	3,49	3,35	3,37	3,34
Serviço Público	1,30	1,18	1,24	0,50	0,40
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	15,52	15,81	15,12	4,73	
Total	73,79	73,06	74,16	70,04	67,51
Variação	1,00%	-1,48%	3,75%	4,86%	1,38%

Balço Energético

Energia Requerida	2022	2021	2020	2019	2018
Venda de Energia	80,21	78,89	62,68	70,61	72,55
Fornecimento	58,33	57,31	59,05	65,32	67,52
Suprimento p/ agentes de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	15,52	15,81	15,12	4,73	0,00
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	73,86	73,12	74,17	70,05	67,52
Perdas na Distribuição	-	-	-	-	-
Perdas Técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	6,35	5,76	3,63	5,29	5,03
PT / Energia Requerida %	7,92%	7,31%	5,78%	7,49%	6,94%
Total	80,21	78,89	77,80	75,34	72,55

As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGA são de 11,52%.

A CERGAL vem investindo constantemente em ações que resultem na redução do índice de perdas da empresa, sendo assim tem investido na repotenciação dos condutores e transformadores, intensificação na fiscalização das medições nas unidades consumidoras, bem como na substituição de medidores eletromecânicos por eletrônicos. Com a construção e entrada em operação da subestação foi possível melhorarmos ainda mais a confiabilidade e continuidade no sistema elétrico. A seguir apresentamos a evolução do índice de perdas nos últimos 5 anos.



Distribuição Direta por Classe de Consumo

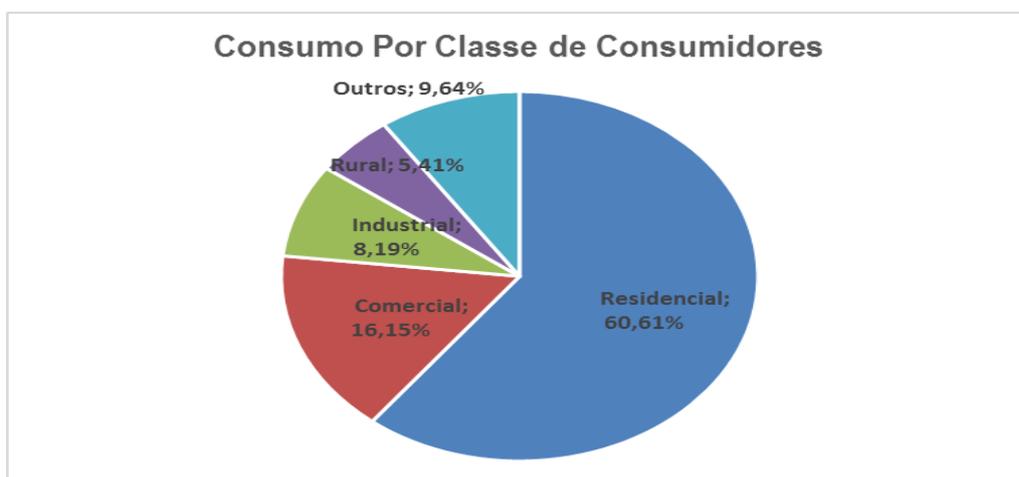
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da permissionária, em 2022 foi de 58.27 MWH e no mercado livre 15.52 MWH registrando um aumento no mercado da permissionária de 1,78% em relação a 2021.

A classe que teve maior crescimento foi a Rural, com acréscimo de 18,11% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	35,32	34,68	34,18	33,42	32,26
Industrial	4,77	4,36	7,63	14,97	19,24
Comercial	9,41	9,65	8,96	9,09	9,15
Rural	3,15	2,65	2,70	3,12	2,37
Outros	5,62	5,91	5,58	4,71	4,49
Total	58,27	57,25	59,05	65,31	67,51
Variação	1,78	-3,05	-9,59	-3,26	#DIV/0!

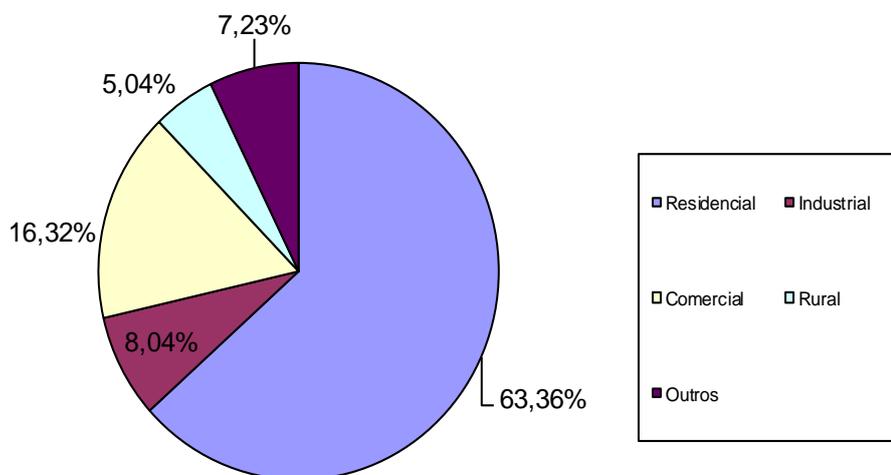


Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, importou em R\$ 48.467,97 mil, conforme quadro a seguir:

Receita bruta em R\$ mil

Classe	2022	2021	%
Residencial	30.996,20	30.138,18	2,85
Industrial	3.935,80	3.989,36	(1,34)
Comercial	7.986,46	8.236,62	(3,04)
Rural	2.466,00	2.023,52	21,87
Outros	3.539,61	4.080,27	(13,25)
Total	48.924,07	48.467,95	0,94

OBS: Energia Elétrica faturada



TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.122 de 27 de setembro de 2022, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGA, cujo reajuste médio foi de 9,91%(nove vírgula noventa e um por cento),correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2023.

Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2022, atingiu R\$ 720,69/MWh com um aumento de 5,58% com relação a dezembro de 2021.

OBS:Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil)

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2022	2021
Residencial	769,85	723,30
Comercial	694,74	650,15
Industrial	680,41	692,05
Rural	672,25	604,32
Outros	516,68	494,38
Média Geral	720,69	682,61

	0-30	31-100	101-220	>220
Tarifa Por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	229,89	394,10	591,16	656,84

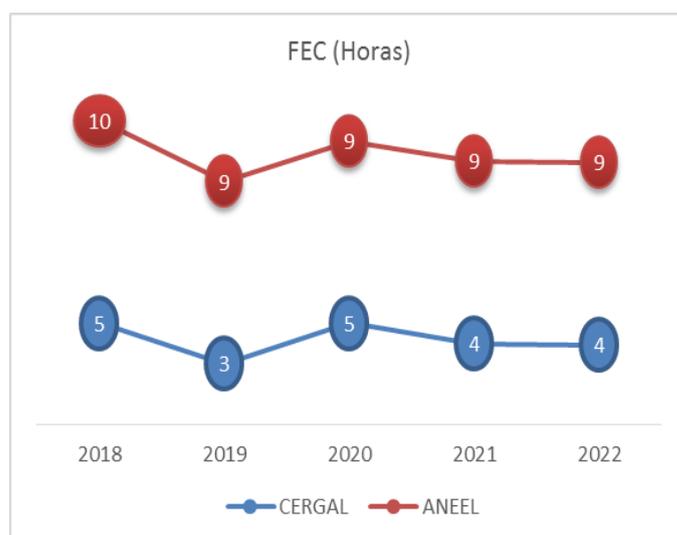
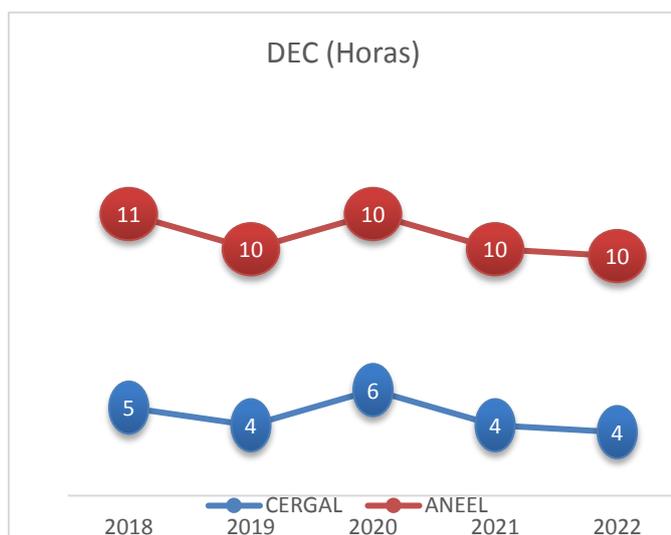
Composição da Tarifa

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	33.815,29	9.249,50	4.451,69	2.304,28	1.229,96	3.968,72
Impostos	8.069,26	2.222,71	1.014,55	616,10	286,96	1.102,03
PIS	11,99	3,30	1,51	0,92	0,43	1,64
COFINS	55,33	15,24	6,96	4,22	1,97	7,56
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	8.001,95	2.204,17	1.006,08	610,96	284,56	1.092,84
Taxas	5.361,51	1.476,85	674,10	409,36	190,66	732,23
Fiscalização	53,66	14,78	6,75	4,10	1,91	7,33
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	2.342,52	645,26	294,52	178,86	83,30	319,92
CDE Covid-19	237,61	65,45	29,87	18,14	8,45	32,45
PROINFA	323,59	89,13	40,68	24,71	11,51	44,19
Bandeira Tarifária	2.404,13	662,23	302,27	183,56	85,49	328,34
Custo da energia comprada p/revenda	11.835,92	3.260,26	1.488,13	903,70	420,91	1.616,45
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	3.444,49	948,80	433,07	262,99	122,49	470,42
Outras despesas operacionais	1.726,65	475,61	217,09	131,83	61,40	235,81
Tarifa bruta da concessionária (*)	20.384,53	5.549,94	2.763,04	1.278,81	752,34	2.134,45
Resultado	3.377,47	865,27	624,75	-19,71	147,54	-188,23

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2018	5,23	5,39	0,87
2019	4,07	3,11	0,86
2020	5,73	5,21	0,71
2021	3,52	3,80	0,70
2022	3,61	3,94	0,71



Atendimento ao Consumidor – A CER GAL não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios dos Municípios que a CER GAL distribui energia elétrica encontram-se atendidos.

Além da sede administrativa, a CER GAL conta com mais 02 (dois) postos de atendimento, oferecendo atendimento personalizado por profissionais capacitados e qualificados com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

Em 2022 a CER GAL através do setor de controle de qualidade realizou vários monitoramentos e análises da qualidade de tensão que é fornecida aos consumidores/associados. Neste ano, foram realizadas 185 medições de tensão amostrais da ANEEL e 05 medições de tensão solicitadas pelos consumidores/associados.

Tecnologia da Informação

No ano de 2022, o foco da Cergal foi viabilizar investimentos para deixar mais robusto a estrutura lógica da Cooperativa, focando em redundâncias e uma rede.

Outro fator que a Cergal focou foi em estruturar os processos, com o objetivo de atender a LGPD, mantendo reuniões mensais com a comissão, na qual o TI teve um papel fundamental para maximizar as ações.

Foram adquiridos dois novos servidores para a Cergal, servindo de redundância para os antigos servidores. Com isto, houve uma melhora significativa no desempenho dos mesmos, além da garantia de segurança das informações. A TI também tem por objetivo manter os equipamentos devidamente atualizados, com servidores virtualizados, contribuindo com o controle e coleta de informação, agilizando as instalações o cuidado e o acompanhamento.

Os departamentos estão interligados através de pastas no servidor, onde a intranet é controlada pelos usuários de domínio, a qual tem por finalidade a segurança das informações obtendo cópia de segurança diária.

Uma estrutura assim, permite um comprometimento com a necessidade de cumprir fidedignamente com as informações encaminhadas a agência ANEEL, com garantia assegurada através dos back-ups personalizados, os quais sempre que solicitados cumpriram com sua missão, também houve uma abrangência consistente de backup com a ferramenta Nakivo.

A preocupação com a segurança da informação na Cooperativa se mantém devido ao tanto de ações de *hackeamento* que ocorre nas empresas em geral, com isto, os colaboradores são constantemente informados de medidas de atenção e prevenção, além de manter softwares atualizados evitando bugs que afetem a segurança, além da utilização de um firewall com regras de segurança para toda rede interna.

O software de automatização está funcionando em perfeito estado, o qual está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

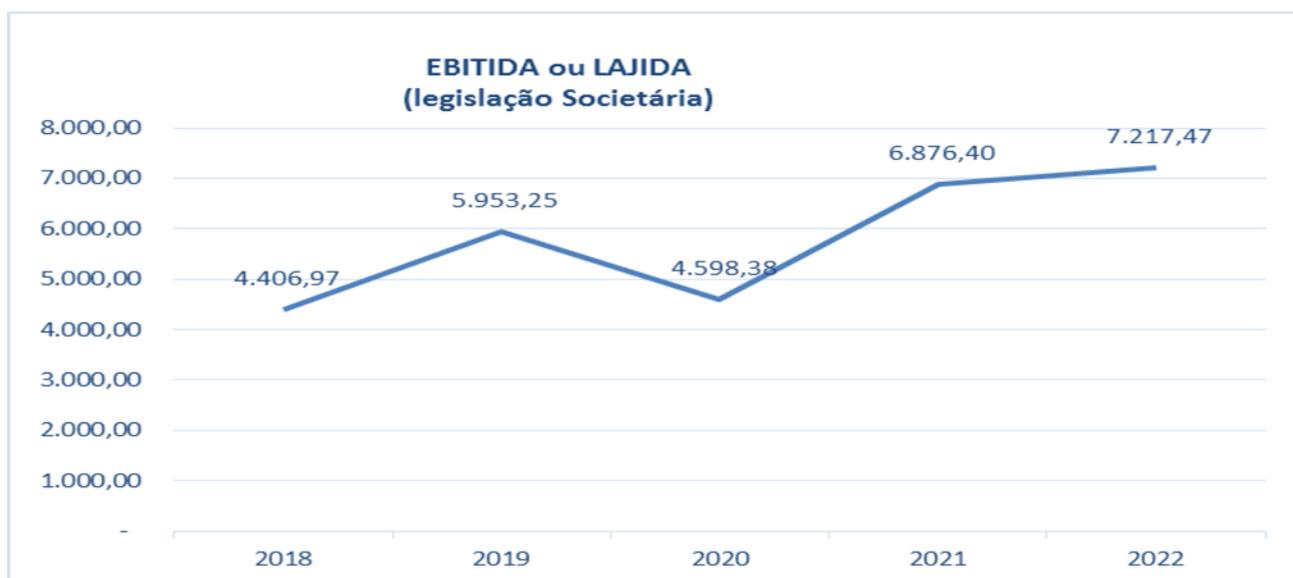
Visando manter um atendimento personalizado, a CERGAL valoriza o cuidado com as informações que lhes são fornecidas, por isso, tem investido na segurança das mesmas, assim como do ambiente de trabalho, qualificando a equipe e dispondo das ferramentas no mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2022, as sobras foram de R\$ 5.380,00 (Reais/mil), contra uma sobra Líquida de R\$ 5.505,14 (Reais/mil) em 2021, ocasionando uma redução nas Sobras na Ordem de (2,27)%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 46.480,00 (Reais/mil), inferior em (12,23)% em relação a 2021, que foi de R\$ 52.959,32 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2022 R\$ 42.184,18 (Reais/mil), (-2,16) % inferior em relação a 2021 que foi de R\$ 48.218,62 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 13,74% em relação a 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 7.217,47 (Reais/mil), superior 4,96% a 2021, que foi de R\$ 6.876,40 (Reais/mil), conforme variação abaixo:



Investimentos: Em 2022, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 2.946,55 mil que foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$/mil 19.261,41.

Evolução e Projeção dos Investimentos	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2022				
	2020R	2021R	2022R	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	1.172,05	14.025,80	2.946,55	4.215,96	6.497,98	3.018,48	1.903,95	1.884,02
Transformador de Distribuição	206,29	536,13	574,28	133,09	255,75	250,00	220,50	270,50
Medidor	215,97	651,73	323,15	215,87	330,75	355,50	350,50	350,00
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	531,07	1.625,40	775,29	350,00	350,00	335,00	350,00	275,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	197,74	1.135,12	1.212,88	2.641,52	5.311,48	1.697,98	582,95	488,52
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	10.077,41	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	20,98	0,01	60,95	875,48	250,00	380,00	400,00	500,00
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(727,35)	(1.884,49)	(2.614,85)					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(672,11)	(1.682,30)	(1.773,90)					
Outros	(55,24)	(202,19)	(840,95)					
Originadas da Receita	(55,24)	(202,19)	(840,95)					
Ultrapassagem de demanda	(33,07)	(90,10)	(54,40)					
Excedente de reativos	(22,16)	(112,05)	(110,50)					
Outros			(676,05)					
Outros								

¹ Para o cadastro de subestações, considerar o maior nível de tensão do(s) transformador(es) da subestação.

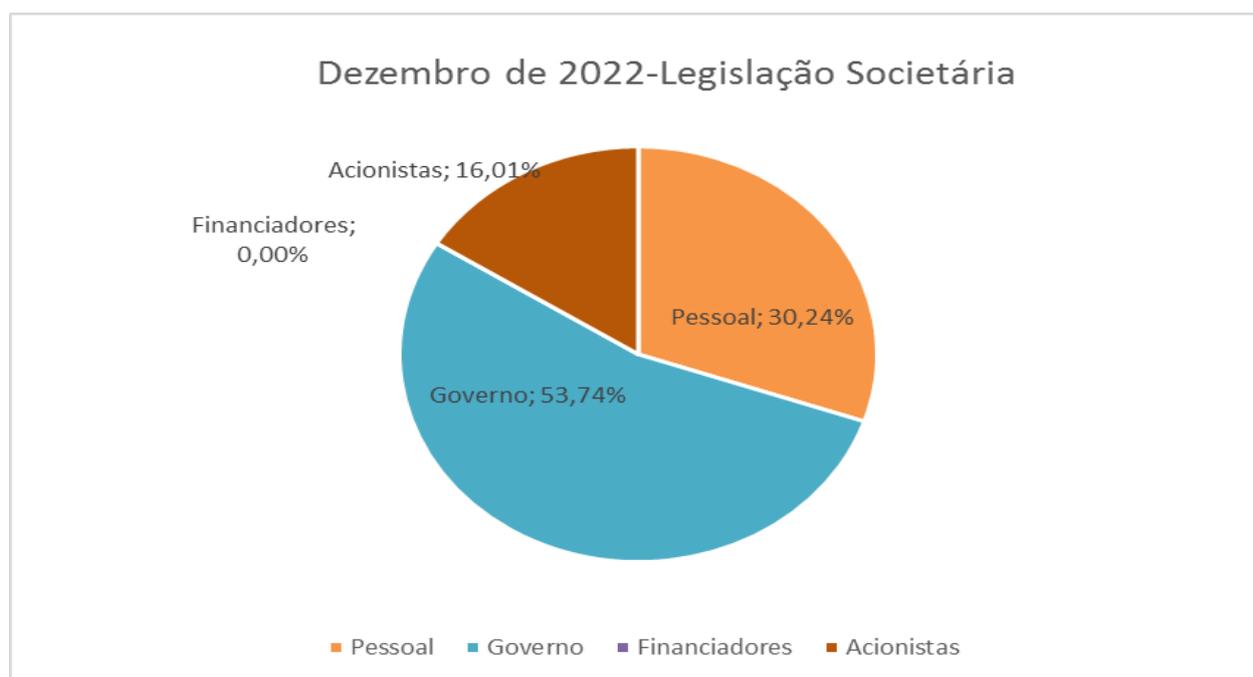
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

	2022R	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Plano de Investimentos 2022	2.946,55	4.215,96	6.497,98	3.018,48	1.903,95	1.884,02
	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P	
Plano de Investimentos 2021	6.524,86	2.002,08	1.892,69	2.033,98	2.136,30	
Diferença	-54,84%	110,58%	243,32%	48,40%	-10,88%	

os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são	JUSTIFICATIVAS
	2022- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO , ALOCANDO AS OBRAS NÃO EXECUTADAS PARA O ANO SEGUINTE.
	2023- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO, COLOCANDO AS OBRAS REPROGRAMADAS DE 2022 PARA 2023 EM EXECUÇÃO.
	2024- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO, OBRAS DOS ALIMENTADORES, DANDO SEQUENCIA AS OBRAS DE 2023.
	2025- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO
	2026 - REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Captações de Recursos: Os investimentos de 2022 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2022 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERGA foi de R\$ 33.066,00 (Reais/mil), representando 52,53% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 8.423,60 mil. A quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Relações com o Mercado: A CER GAL participa de eventos, compõe as associações do Setor: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP, bem como, mantém contato com outras Permissionárias e concessionárias buscando sempre estar atualizada com relação às modificações do Setor Elétrico.

A CER GAL objetiva manter seus colaboradores sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo com que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A segurança e qualidade de vida no trabalho;
- O fortalecimento do cooperativismo, a participação e a solidariedade;
- A valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família;
- A responsabilidade social e respeito ao meio ambiente;
- A ética;
- A transparência;
- O orgulho em fazer parte do quadro funcional da cooperativa.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: A CERGA vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes ocorridas no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações e reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

O sistema de gestão da qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento, a cada dia, de novas ideias e sugestões de melhoria contínua, com isso, ganha a empresa com qualidade, refletindo sensivelmente em nossa razão de existir que são os nossos Associados/Consumidores.

A CERGA em Números

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	19.765	19.391	1,93%
Número de empregados	85	84	1,19%
Número de consumidores por empregado	232,53	230,85	0,73%
Número de localidades atendidas	4,00	4,00	0,00%
Número de postos de atendimento	3,00	3,00	0,00%

Mercado	2022	2021	%
Área de permissão (Km2)	199,35	199,35	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7.487	7.357	1,77%
Distribuição direta (GWh)	58,34	57,25	1,90%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.943,89	1.917,12	1,40%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	720,69	682,61	5,58%
Total (exceto curto prazo)	-	-	0,00%
Residencial	769,85	723,30	6,44%
Comercial	694,73	650,15	6,86%
Industrial	680,41	692,05	-1,68%
Rural	672,25	604,32	11,24%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	3,61	3,52	2,56%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	29,55	29,28	0,92%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	10,85	10,40	4,33%
FEC (número de interrupções)	3,94	3,80	3,68%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	1,44	1,30	10,77%

Operacionais	2022	2021	%
Número de subestações	1,00	1,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	579,32	579,32	0,00%
Capacidade instalada (MW)	59,90	59,90	0,00%

Financeiros	2022	2021	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	62.507,00	74.582,00	-16,19%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	46.480,00	52.959,00	-12,23%
Margem operacional do serviço líquida (%)	34,48%	40,83%	-15,55%
EBITDA OU LAJIDA	7.217,47	6.876,40	4,96%
Lucro líquido (R\$ mil)	5.380,00	5.505,00	-2,27%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	42.698,00	37.540,00	13,74%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,60%	14,66%	-14,08%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	40,49%	45,34%	-10,70%
Em moeda nacional (%)	40,49%	45,34%	-10,70%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%

Indicadores de Performance	2022	2021	%
Salário Médio dos Funcionários:	5,26	4,54	16,05%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	943,68	939,17	0,48%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	4,06	4,07	-0,25%
Retorno de ativos por unidade	0,77	0,97	-20,17%

Balço Social

Recursos Humanos

Os resultados da Cergal são sustentados pelo engajamento e competência de uma equipe multidisciplinar formada por 85 colaboradores. O envolvimento e a produtividade aliados ao direcionamento da liderança e a transparência nas operações, demonstram o alinhamento das ações com vistas aos melhores resultados.

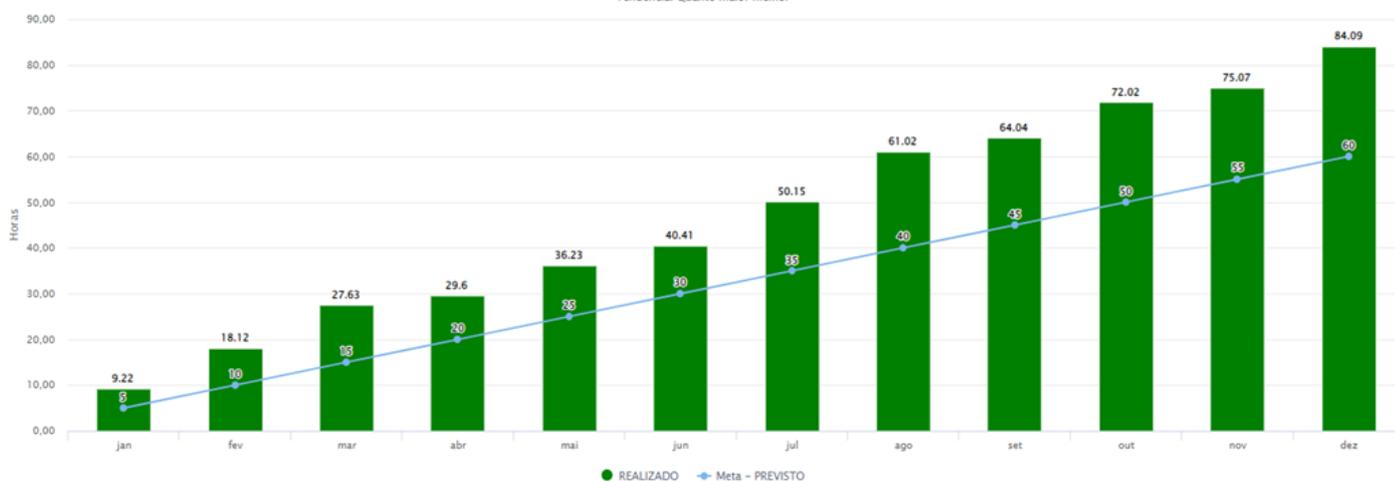
Em 2022, a CERGA proporcionou ao seu quadro funcional treinamentos, palestras reciclagens, ensino médio, curso técnico e ensino superior nas áreas específicas. Sempre pensando no melhor para seus colaboradores, no aprendizado contínuo e no melhor desempenho dos mesmos em sua função.

Treinamento e Desenvolvimento

O processo constante de construção e aprimoramento de conhecimentos e habilidades dos colaboradores de todas as áreas que compõem nossa estrutura operacional, é a diretriz para a elaboração do Plano de desenvolvimento de competências, que compreende ações internas, externas, in company e programa auxílio educação, realizadas com recursos próprios e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/SC), acumulando durante o ano 84,09 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador.

Nº DE HORAS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO / COLABORADOR - PQC 011 | OE 01

Tendência: Quanto maior melhor



Benefícios

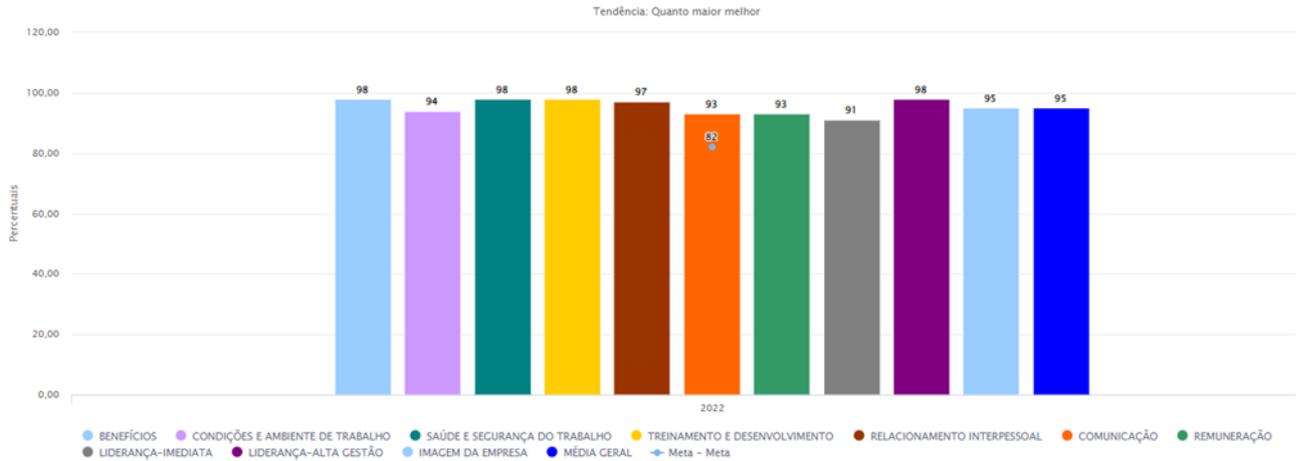
O pacote de benefícios é uma ação cada vez mais eficaz para atrair e reter bons profissionais, promover o bem estar e incentivar a produtividade. Desta forma, atenta a qualidade de vida, a Cergal oferece aos seus colaboradores: plano de saúde, plano odontológico, vale alimentação, vale transporte, auxílio educação, seguro de vida e previdência privada, além do acompanhamento por meio de exames médicos admissionais e periódicos. A Cergal dispõe ainda de uma sede social com estrutura para festas e eventos, campo de futebol e parque infantil.



Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma ferramenta de gestão que possibilita mensurar a opinião dos colaboradores referente as políticas e práticas adotadas pela Cergal. A partir da análise dos resultados é possível alinhar expectativas e definir ações com o intuito de tornar o ambiente de trabalho cada vez melhor. Em 2022 a média geral somou 95% de satisfação dos colaboradores.

PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL – SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES – 2022



Valorização

O reconhecimento é pauta constante na Cergal, com o propósito de envolver e engajar os colaboradores na construção e manutenção de uma cultura interna saudável e propícia à produtividade, algumas ações marcaram a rotina, com destaque as datas comemorativas: dia internacional da mulher, festa junina, campanhas nacionais de caráter preventivo outubro rosa e novembro azul, jantar de fim de ano e demais ações que evidenciem o alcance de resultados positivos.





CIPA CERGA

Em atendimento a NR 05, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), representada por oito colaboradores, é responsável por observar, identificar, intermediar e propor ações que minimizem os riscos e potencializem a preservação da saúde e segurança dos colaboradores.

SIPAT

A Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (SIPAT), é uma oportunidade para desenvolver ações que evidenciem a preservação da saúde e segurança, por meio da conscientização dos colaboradores. A edição de 2021 ocorreu entre os dias 31/08/2022 e 02/09/2022 com o tema Autocuidado e Prevenção.



Responsabilidade Social

Consciente de seu papel nas comunidades que compreendem a área de permissão e, a busca constante pelo fortalecimento de laços saudáveis e duradouros a partir da construção de um legado de oportunidades, a Cergal vem reforçando sua atuação como empresa cidadã.

Dando início a 1ª turma do Programa Mulheres Cooperativistas que encerrou em 06/12/2022, com o evento de formatura das 41 mulheres participantes da comunidade de São Bráz. O programa acontece em parceria com o SESCOOP e visa difundir o cooperativismo e seus princípios e fomentar alternativas e estratégias de desenvolvimento, que elevem o autoconhecimento e a consciência do seu papel nas comunidades onde atuam.

Temas relacionados a liderança feminina cooperativista, desenvolvimento interpessoal e relacionamento familiar, educação cooperativista, desenvolvimento da comunicação eficaz e oratória, organização do quadro social, inteligência emocional e equilíbrio emocional, compõem o programa.





Além do apoio a outras instituições com iniciativas pautadas na educação e cidadania.

Programa Jovem Aprendiz

A Cergal, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAC/SC e em atendimento a Lei de Aprendizagem, oportuniza um espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aos jovens participantes do curso de aprendizagem. Durante o ano, três contratados foram orientados e incentivados pela equipe de profissionais das áreas administrativa e comercial.

Sistema de Gestão da Qualidade

Comprometidos com a excelência na prestação dos serviços e, motivados pelo aperfeiçoamento constante e a padronização de todos os processos que sustentam nossa estrutura operacional, estrategicamente, a Diretoria tomou a importante decisão de ampliar o escopo do sistema de gestão da qualidade para: “Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente. Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.”

Com o envolvimento e comprometimento de todos os colaboradores, a Cergal passou por criteriosa auditoria externa de recertificação e ampliação do escopo, conduzida pelo organismo certificador TÜV Nord Brasil, no período entre 07 e 09 de novembro. A Cergal foi recomendada a certificação ISO 9001:2015, de reconhecimento nacional e internacional, que valida a conformidade de nossa atuação e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.



Planejamento Estratégico

Com o intuito de avaliar e estabelecer os objetivos estratégicos a serem alcançados em médio e longo prazo, com o suporte de uma consultoria externa, a Cergal passou pelo processo de reestruturação do planejamento estratégico, com propósito de definir as ações necessárias para o alcance dos melhores resultados.

LGPD

Acompanhada por consultoria especializada que fornece suporte ao comitê interno, a Cergal segue em processo de adequação, visando a implementação de procedimentos com o objetivo de assegurar o direito à privacidade e a proteção de dados pessoais dos usuários, em concordância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

a) Demonstração do Balanço Social 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais).

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
CNPJ nº. 86.439.510/0001-85

Demonstração do Balanço Social - 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022			2021		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	46.480,00			52.959,00		
Lucro Operacional (LO)	4.935,00			4.962,00		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	11.470,23			9.700,11		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	946,09	8,25%	2,04%	693,37	7,15%	1,31%
Encargos sociais compulsórios	2.540,59	22,15%	5,47%	2.113,49	21,79%	3,99%
Entidade de previdência privada	84,20	0,73%	0,18%	13,60	0,14%	0,03%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	421,22	3,67%	0,91%	392,81	4,05%	0,74%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	54,27	0,47%	0,12%	82,99	0,86%	0,16%
Educação - Auxílio educação	14,19	0,12%	0,03%	21,02	0,22%	0,04%
Capacitação e desenvolvimento profissional	54,71	0,48%	0,12%	24,57	0,25%	0,05%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,92	0,03%	0,01%	2,56	0,03%	0,00%
Outros Benefícios	127,76	1,11%	0,27%	79,54	0,82%	0,15%
Total	4.246,95	37,03%	9,14%	3.423,95	35,30%	6,47%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	1,50	0,03%	0,00%	1,50	0,03%	0,00%
Doações e contribuições	211,97	4,30%	0,46%	155,05	3,12%	0,29%
Total de contribuições para a sociedade	213,47	4,33%	0,46%	156,55	3,17%	0,34%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.695,64	1,96%	20,86%	12.559,81	2,53%	23,72%
Total	9.909,11	2,01%	21,32%	12.716,36	2,56%	24,01%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	20,94	0,42%	0,05%	0,00	0,00%	0,00%
Total	20,94	0,42%	0,05%	0,00	0,00%	0,00%

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	85	84
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	28	25
Ensino médio	53	52
Ensino fundamental	4	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	5
De 30 até 45 anos (exclusive)	52	45
Acima de 45 anos	27	34
Admissões durante o período	5	0
Mulheres que trabalham na empresa	22,35	22,62
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	2,35	2,38
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0	
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	94	120
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,20	23,93
Maior remuneração	16,32	14,36
Menor remuneração	0,6	0,6
Acidentes de trabalho	1	0

Demonstrações Contábeis Societárias

BALANÇO PATRIMONIAL

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	31/dez/22	31/dez/21
ATIVO			
CIRCULANTE		20.531	18.926
Caixa e bancos		1.471	1.283
Aplicações financeiras	05	4.111	1.522
Consumidores de energia a receber	06	9.164	10.078
Impostos a recuperar	07	909	515
Estoques		265	186
Serviços em curso	08	206	352
Ativos regulatórios	09	2.591	1.689
Despesas de exercícios seguintes		81	56
Subsídios e subvenções	10	1.091	2.970
Outros créditos	11	642	275
NÃO CIRCULANTE		39.455	35.635
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.597	9.050
Impostos a recuperar	07	378	248
Ativo indenizado (Permissão)	4F - 12	8.842	8.229
Outros créditos	11	377	573
INVESTIMENTOS		161	-
IMOBILIZADO	4G - 12	3.899	3.803
INTANGÍVEL	4H - 12	25.798	22.782
TOTAL DO ATIVO		59.986	54.561

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Luciane da Rosa Bittencourt
Contadora CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	31/dez/22	31/dez/21
CIRCULANTE		11.186	12.300
Fornecedores	14	2.584	4.001
Salários e ordenados a pagar		180	151
Impostos, taxas e contribuições	15	448	1.911
Passivos regulatórios	09	2.775	512
Obrigações estimadas	16	1.101	903
Encargos setoriais	17	592	1.665
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	18	-	316
Repasse a realizar	19	533	455
Subvenções	21	1.866	1.491
Outros débitos	22	1.107	895
NÃO CIRCULANTE		6.102	4.721
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.102	4.721
Provisões para contingências	20	194	173
Contingências fiscais	23	1.504	1.504
Obrigações vinculadas ao serviço público	13	4.404	3.044
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	42.698	37.540
Capital social		8.424	7.917
Reserva legal		9.758	7.604
Fates		3.834	3.103
Fundo de manutenção		18.093	16.280
Sobras a disposição da AGO	24	2.589	2.636
TOTAL DO PASSIVO		59.986	54.561

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Luciane da Rosa Bittencourt
Contadora CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO
EXERCÍCIO**

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	PERÍODOS	
		01/jan/22	01/jan/21
		a	a
		31/dez/22	31/dez/21
INGRESSOS OPERACIONAIS		62.507	74.582
Fornecimento de energia	26	14.196	20.847
Uso do sistema de distribuição	26	37.852	35.936
Serviços		141	82
Receita de construção de infraestrutura		2.586	11.733
Outras receitas operacionais		7.732	5.984
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS		(16.027)	(21.623)
Tributos e contribuições sobre a receita	27	(10.189)	(13.312)
Encargos do consumidor	28	(5.838)	(8.311)
INGRESSOS LÍQUIDOS		46.480	52.959
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(39.554)	(47.292)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	29	(21.193)	(21.993)
Custo de operação			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	30	(9.954)	(8.459)
Material		(898)	(799)
Serviços de terceiros		(2.961)	(2.606)
Depreciação e amortização		(1.735)	(1.305)
Custo de construção de infraestrutura		(2.586)	(11.733)
Outros		(227)	(397)
SOBRA BRUTA		6.926	5.667
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(1.991)	(705)
Despesas com vendas		(656)	(245)
Despesas gerais e administrativas		(1.974)	(1.681)
Outras despesas operacionais		(432)	(652)
Outras receitas operacionais		1.071	1.873
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		531	606
Dispêndios financeiros	31	(546)	(303)
Ingressos financeiros	31	1.077	909
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR		5.466	5.568
IMPOSTOS SOBRE ATIVO NÃO COOPERATIVO	33	(86)	(63)
Contribuição social		(29)	(23)
Imposto de renda		(57)	(40)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		5.380	5.505

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Luciane da Rosa Bittencourt
Contadora CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

DEMONSTRAÇÃO
DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
		FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/20	7.221	6.477	2.383	14.435	23.295	1.682	32.198
1 - AUMENTO DE CAPITAL							-
- Integralização/devolução de quotas	14						14
2 - AUMENTO DE RESERVAS							-
- Destinações estatutárias e legais		527	496	1.845	2.868	(2.869)	(1)
- Destinações AGO	682	600	400		1.000	(1.682)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS							-
- Realização da Fates			(176)		(176)		(176)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO						5.505	5.505
SALDOS 31/DEZ/21	7.917	7.604	3.103	16.280	26.987	2.636	37.540
1 - AUMENTO DE CAPITAL							-
- Integralização/devolução de quotas	7						7
2 - AUMENTO DE RESERVAS							-
- Destinações estatutárias e legais		518	461	1.813	2.792	(2.792)	-
- Destinações AGO	500	1.636	500		2.136	(2.636)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS							-
- Realização da Fates			(230)		(230)		(230)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO						5.381	5.381
SALDOS 31/DEZ/22	8.424	9.758	3.834	18.093	31.685	2.589	42.698
MUTAÇÕES DO PERÍODO	507	2.154	731	1.813	4.698	(47)	5.158

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC 0271440/7

 Gelson Jose Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/22	01/jan/21
	a	a
	31/dez/22	31/dez/21
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	62.938	76.229
Venda de energia e serviços	63.594	75.474
Estorno/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(656)	755
(-) INSUMOS ADQU. DE TERCEIROS	(28.136)	(37.892)
Outros insumos adquiridos	(2.970)	(12.401)
Material e serviços de terceiros	(25.166)	(25.491)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	34.802	38.337
(-) RETENÇÕES	(1.736)	(1.305)
Depreciação do período	(1.736)	(1.305)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	33.066	37.032
(+) VALORES REC. DE TERCEIROS	531	606
Receitas (Despesas) financeiras	531	606
(+) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	33.597	37.638
(=) DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO	33.597	37.638
Pessoal	10.161	9.084
Remunerações	7.023	6.400
Encargos sociais (exceto INSS)	595	529
Auxílio alimentação	744	546
Convênio assistencial e outros benefícios	1.610	1.268
Custos imobilizados	189	341
Governo	18.056	23.049
INSS (sobre folha de pagamento)	1.994	1.418
ICMS	10.105	13.201
Imposto de renda e contribuição social	86	63
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	5.871	8.367
Cooperados	5.380	5.505
Sobras retidas	5.380	5.505

Luciane da Rosa Bittencourt
Contadora CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Societário

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/22	01/jan/21
	a	a
	31/dez/22	31/dez/21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	55.437	54.137
Recebimento de Subvenções	10.965	6.979
Pagamentos a Fornecedores	(5.371)	(3.942)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(18.920)	(19.773)
Salários e Encargos Sociais	(7.988)	(8.858)
Caixa Gerada pelas Operações	34.123	28.543
Encargos Setoriais	(10.068)	(7.515)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(216)	(984)
Tributos Estaduais (ICMS)	(14.041)	(12.640)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(83)	(76)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	9.715	7.328
Indenizações	(98)	(45)
Associações e Convênios	(2.065)	(2.735)
Viagens	(3)	(5)
Outras Receitas e Despesas	(71)	680
Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais	7.478	5.223
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	(6.318)	(6.620)
Recebido pela Venda de Imobilizado	134	54
Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos	(6.184)	(6.566)
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	295	53
Recebimentos repasses CDE-Covid	1.586	-
Despesas Bancárias	(398)	(417)
Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras	1.483	(364)
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	2.777	(1.707)
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	2.804	4.511
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	5.581	2.804
Variação pelo Caixa	2.777	(1.707)

Luciane da Rosa Bittencourt
Contadora CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Agradecimentos

Ao fim do exercício social de 2022, queremos agradecer a DEUS, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos os consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para CERGA.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta permissionária.

Tubarão, 31 de Dezembro de 2022.

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Societárias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CER GAL

Tubarão - SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição e comercialização de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão inicial da CER GAL, para atuar no setor de distribuição de energia elétrica teve prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de 30 de outubro de 2008. Em 15 de abril de 2021 houve aditivo contratual alterando o prazo de permissão para 30 (trinta) anos contados a partir da celebração deste. Esta alteração poderá ser suspensa se não atendidas as condições estipuladas no próprio aditivo.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Gravatal, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001491/2000-84 de regularização da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CER GAL, especificadas na resolução homologatória nº 526, de 31 de julho de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.566, de 23 de setembro 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 30/out./2008.

Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica. A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo o montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição

<u>Parcela A</u>	<u>Parcela B</u>
Encargos Setoriais	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.7)
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)	Material
Pesquisa e Desenvolvi 0	Serviços de Terceiros
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.4)	Despesas Gerais e Outras
 	Despesas de Capital
Encargos de Transmissão (2.4.5)	Cotas de Depreciação (2.4.8)
 	Remuneração do Capital (2.4.9)
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.6)	

de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Em 22 de julho de 2016 a CERGA assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu a CERGA pleitear para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

Composição da receita requerida:

Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores Independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE. Na Revisão Tarifária ocorrida em setembro de 2016, os valores destes encargos, referentes ao período de maio à agosto de 2016, que haviam sido calculados no processo tarifário anterior, foram devolvidos aos consumidores na forma de componente financeiro.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaípu e com o operador nacional do sistema.

Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de valor significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.1.7. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Bandeiras Tarifárias – Criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, estabelece a cobrança adicional na conta de energia dos consumidores para indicar que o custo de geração de energia está elevado, por conta do acionamento de termelétricas. O sistema de bandeiras repassa mensalmente às tarifas parte dos custos adicionais na geração. Com isso, a receita que as distribuidoras auferirem com o pagamento será descontada do cálculo do reajuste tarifário anual.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá conscientizar a sociedade, bem como os consumidores quanto a sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, juntamente com a Interpretação ITG 2004/2017. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação

societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Administração da cooperativa declara que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1001 – Contabilidade para Pequenas Empresas/Cooperativas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Administração também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a cooperativa não possui prestação de contas públicas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas Empresas/Cooperativas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC N° 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor do ativo indenizado, residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas trabalhistas e cíveis e provisões de ganho em processo civil. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

C) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - IMPAIRMENT

A cooperativa tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da

constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) ESTOQUE

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (Imobilizado), estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetavam as demonstrações contábeis societárias da permissionária, em razão destes valores serem de natureza regulatória.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A cooperativa CERGA assinou o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão ao final de 2015, desta forma contabilizando estes ativos e passivos regulatórios na escrita contábil societária a partir de 2016.

E) NÃO CIRCULANTE

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

F) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

G) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis

registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa 674/2015. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que os bens que compõem o Ativo Imobilizado da permissionária estão subdivididos, no balanço patrimonial, entre Imobilizado, Ativo Indenizado e Intangível. Os bens classificados como Imobilizado são aqueles relacionados a atividade administrativa da permissionária ou bens que não estão vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica.

H) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

I) ENCARGOS SETORIAIS - TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A partir de maio de 2016, as cooperativas permissionárias não possuem mais a obrigação de investir estes valores em PEE e P&D, permanecendo apenas os saldos remanescentes de competências anteriores.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, da seguinte forma (Valores atualizados em junho de 2022):

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,0298 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha (Patamar 1): condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,0650 para cada quilowatt-hora kWh consumido.
- Bandeira vermelha (Patamar 2): condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,0975 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Os valores arrecadados dos consumidores são repassados ao Agente controlados/regulador para subsidiar o aumento dos custos de geração de energia elétrica do País.

J) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que

presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A Cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) APURAÇÃO DAS SOBRAS

As sobras são apuradas pelo regime de competência.

P) OPERAÇÕES COM TERCEIROS

As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento ao ITG 2004/2017, conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL. O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundos) de Assistência Técnica e Educacional - RATES

Q) TRIBUTAÇÃO DO RESULTADO

A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

NOTA 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2022	2021
Banco do Brasil	CDB	Indeterminado	CDI	2.650	811
Caixa Ec. Federal	CDB	Indeterminado	CDI	1.056	711
Bradesco	CDB	Indeterminado	DI	405	-
TOTAL				4.111	1.522

NOTA 06 – CONSUMIDORES DE ENERGIA A RECEBER

A) COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2022	2021
Residencial	4.507	5.108
Comercial	1.207	1.428
Industrial	1.193	1.241

Rural	415	297
Poder público	51	102
Serviço público	99	144
Renda não faturada	2.175	2.266
Consumidor livre	132	-
Outros serviços a receber	532	457
COSIP	484	432
Subtotal	10.795	11.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.631)	(1.397)
Total	9.164	10.078

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
ICMS s/ Ativo Imobilizado	239	172
IR Retido	400	259
CSLL Retido	140	83
Crédito PIS e COFINS	129	-
PIS a Compensar (Rec a Maior)	1	1
Total	909	515

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
ICMS sobre ativo imobilizado	378	248
Total	378	248

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo.

NOTA 08 – SERVIÇOS EM CURSO

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Projetos de PEE e P&D	-	334
Serviços Próprios	3	4
Reformas e Benfeitorias Administrativas Central	203	14
Total	206	352

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 09 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

ATIVOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Neutralidade da Parcela A – CDE, PROFINA e TFSEE	189	338
PIS/ COFINS s/ Suprimento - CUSD/ TE	389	690
PIS/ COFINS s/ Compra de Energia Elétrica	85	161
IF Diferimento Financeiro 2021/2023	1.632	500
Previsão Risco Hidrológico	296	-
Total	2.591	1.689

PASSIVOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Neutralidade da Parcela A – CDE, PROFINA e TFSEE	950	277
IF Risco Hidrologico	499	235
Bandeiras Tarifárias	37	-
IF – Pis e Cofins s/ICMS na Base de Cálculo	86	-
IF – Escassez Hídrica	1.112	-
CVA – Compra Energia e ESS	91	-
Total	2.775	512

NOTA 10 – SUBSIDIOS E SUBVENÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
CDE Rural	35	20
CDE – Irrigantes	243	206
CDE – Fontes incentivadas	666	2.641
DMR e Densidade	147	103
Total	1.091	2.970

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Adiantamento de salário/férias/outros	161	147
Adiantamento p/ fornecedores	281	81
Aluguel de infra-estrutura	23	23
COSIP/ Prefeitura e outros	25	23
Desativações/alienações em curso	17	1
Adiantamento p/Crédito de Icms	47	-
Adiantamento AFUNC. (Associação)	88	-
Total	642	275

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Processo ajuizado (W1)	-	203
Precatórios Federais – INSS	270	270
Adiantamentos	107	100
Total	377	573

W1 – Processo civil ajuizado contra funcionário, no qual o parecer da decisão é favorável à Permissionária, onde a mesma possui bens bloqueados a seu favor.

NOTA 12 – ATIVO IMOBILIZADO

O Contrato de Permissão de Serviço Público de Energia Elétrica n. 016/2008, de 30 de Outubro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a cooperativa (Permissionária) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de permissões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

		R\$ (Mil)	
		2022	2021
Ativo	Indenizável	8.842	8.229
(Permissão)			
Intangível		25.798	22.782
Imobilizado		3.899	3.803
Total		38.539	34.814

ATIVO IMOBILIZADO	Legislação Societária	
	2022	2021
Terrenos	563	563
Edificações	2.766	2.759
(-) Depreciação Acumulada	(638)	(544)
Máquinas e Equipamentos	40.836	38.389
(-) Depreciação Acumulada	(10.079)	(8.834)
Veículos	1.645	1.776
(-) Depreciação Acumulada	(1.063)	(1.034)
Móveis e Utensílios	221	208
(-) Depreciação Acumulada	(114)	(104)
Direito de Uso	350	246
Softwares	109	109
(-) Amortização Acumulada	(266)	(91)
Imobilizado em Andamento	4.209	1.371
Total	38.539	34.814

Taxas de depreciação comumente utilizadas pela Permissionária:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
	Taxas Anuais de Depreciação
Administração central	
Veículos	14,29
Edificações	3,33
Equipamentos Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67
Móveis e utensílios	6,25
Software	20,00
Urbanização e Benfeitorias	3,33

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ITG 01 (R1) – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (PERMISSÃO)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A partir da Medida Provisória Nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) a Permissionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão.

A permissão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de permissão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da permissionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da permissão entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da permissão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão está alocado como Permissão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

IMOBILIZADO

Bens pertencentes a permissionária que não estão vinculados ao serviço público de energia elétrica e não fazem base para mensuração dos custos do serviço e assim não terá indenização através das tarifas de energia.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – PARTICIPAÇÃO DO CONSUMIDOR

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

NOTA 14 - FORNECEDORES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Energia Elétrica - CELESC	365	1.052
Construção Subestação	363	2.477
Materiais e serviços	1.856	472
Total	2.584	4.001

NOTA 15 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
INSS s/ Folha de pagamento	155	132
FGTS s/ Folha de pagamento	61	54
ICMS a recolher	109	850
INSS s/ Terceiros	3	-
PIS s/ Folha de pagamento	11	9
ISS s/ Terceiros	9	1
CSLL – Contribuição Social s/ Lucro Líquido	30	23
PIS/ COFINS a recolher	7	9
IRPJ a Recolher	58	40
ICMS Parcelado	-	784
Outros tributos a recolher	5	9
Total	448	1.911

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Provisão de INSS férias	235	182
Provisão de FGTS férias	64	53
Férias	802	668
Total	1.101	903

NOTA 17 – ENCARGOS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	486	346
CDE Covid 19	98	98
Taxa de Fiscalização	8	7
Bandeiras tarifárias do período	-	1.214
Total	592	1.665

NOTA 18 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2022	2021
PEE	-	316
Total	-	316

NOTA 19 – REPASSES A REALIZAR

Referem-se a valores de iluminação pública cobrados dos consumidores, recebidos ou a receber, que serão utilizados para quitar as faturas de energia elétrica dos poderes públicos. Após a quitação destas faturas, o valor restante será repassado aos mesmos.

NOTA 20 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da cooperativa, os riscos de perda, classificados como “Prováveis” chegam ao montante de R\$ 41 mil. Por prudência a permissionária mantém o registro total de R\$ 194 mil. Os demais casos que somam R\$ 156 mil foram classificados como “Remotos” ou “Possíveis”, dispensando o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09 (NBC TG 25).

PROVISÃO PARA LITIGIOS	Legislação Societária	
	2022	2021
LONGO PRAZO		
Causas cíveis	194	173
Total	194	173

NOTA 21 – SUBVENÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
CDE Rural	297	275
CDE Aguas e saneamento	118	102
CDE Fontes incentivadas	713	389
CDE Distribuição	738	725
Total	1.866	1.491

NOTA 22 – OUTROS DÉBITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Convênios - repasses consig./contrib.sind./plan.saúde	151	139
Recebimentos pendentes de baixa	65	86
Investimentos a pagar (quotas PCH)	46	46
Saldo passivo de Microgeração	461	255
Provisão construção a realizar	335	337
Outros	49	32
Total	1.107	895

NOTA 23 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2022	2021
Processo PIS e COFINS	1.504	1.504
Total	1.504	1.504

Processo administrativo fiscal na Receita Federal do Brasil de períodos anteriores, referente ao PIS e COFINS sobre o faturamento, pendente de decisão na 10ª Turma de Recursos (SP). Com base no parecer da assessoria jurídica e matérias atreladas ao assunto, estima-se o pagamento de R\$ 1.504 a longo prazo.

NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	2022	2021
Resultado do Exercício	5.465	5.568
(-) CSLL	(29)	(23)
(-) IRPJ	(56)	(40)
(=) Sobras líquidas do exercício	5.380	5.505
(D) Sobras com associados	5.178	5.273
(E) Resultado com terceiros	202	232
Resultado do exercício	5.380	5.505
Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais		
F) Reserva Legal = 10% sobre sobras – resultado negativo com terceiros	517	527
G) Fundo de Assistência Técnica Educacional Social (FATES) = (5%) + (Resultado com terceiros)	461	496
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 35%	1.813	1.846
I) Total das destinações	2.791	2.869
J) Sobras à disposição da AGO	2.589	2.636

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022, que representa R\$ 8.424, é constituído de quotas-parte conforme artigo 12º e seus parágrafos do Estatuto Social: “O Capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais).”

Reservas de Sobras

Reserva das Sobras	Legislação Societária	
	2022	2021
Reserva legal	9.758	7.604
Fundo de assistência técnica educacional – FATES	3.834	3.103
Fundo de expansão e manutenção sistema distribuição	18.093	16.280
Sobras à disposição da AGO	2.589	2.636
Total	34.274	29.636

São constituídas conforme artigo 45 do Estatuto Social: “Das sobras verificadas em cada setor de atividade serão deduzidas os seguintes percentuais: a) 10% para o Fundo de Reserva; b) 5% para o FATES e c) 35% para o Fundo de Manutenção Aplicações e Melhorias”. **Reserva Legal:** de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina a cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

NOTA 26 – FORNECIMENTO DE ENERGIA

	Legislação Societária	
	2022	2021
Residencial	30.996	30.138
Industrial	3.936	3.989
Comercial	7.986	8.237
Rural	2.466	2.023
Poder publico	681	1.099
Iluminação pública	2.025	2.175
Serviço público	834	805
Renda não faturada	2.175	2.267
(-) Renda não faturada - exercício anterior	(2.266)	(1.780)
Transferência TUSD de consumidores cativos	(33.551)	(30.931)
Consumo potencialmente Livre	4.300	5.005
(-) Ultrapassagem de demanda	(55)	(90)
(-) Excedente de reativo	(111)	(112)
Transferência Receita TUSD	33.551	30.931
Neutralidade parcela "A" - Formação e Realização	(1.297)	(64)
CVA – Encargos, Energia, ESS, Bandeira	(80)	-
IF – Covid – Realização / Formação	526	2.327
IF – Risco Hidrológico	75	(235)
Diferimento Financeiro Tarifário	1.556	500
Impacto bandeiras tarifárias credoras – Realização	(1.699)	499
Total	52.048	56.783

NOTA 26.1 – REDUÇÃO NA RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

O fornecimento de energia teve redução de valor entre os períodos de 2021 e 2022, de R\$ 20,8 para R\$ 14,1 milhões, respectivamente.

Receita	2022	2021
Fornecimento de energia	14.196	20.847
Uso do sistema de distribuição	37.852	35.936
Total	52.048	56.783

Esta diminuição de receita ocorreu em virtude da redução de ICMS no período de 2022 e também a não ocorrência de bandeiras tarifárias no mesmo ano.

NOTA 27 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITA

	Legislação Societária	
	2022	2021
PIS/ PASEP	15	20
COFINS	69	91
ICMS	10.105	13.201
Total	10.189	13.312

NOTA 28 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2022	2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.570	3.864
Bandeiras tarifárias	-	3.966
Taxa de fiscalização – TFSEE	92	89
CDE Covid 2019	1.176	392
Total	5.838	8.311

NOTA 29 – DISPÊNDIO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Legislação Societária	
	2022	2021
Energia comprada p/ revenda	16.963	19.525
IF CUSD/TE Energia (PIS/COFINS) –	1.546	846
PROINFA	721	534
Microgeração	1.963	1.088
IF CUSD Energia (DIC/FIC supridora)		-
Total	21.193	21.993

NOTA 30 – DESPESAS DE PESSOAL

	Legislação Societária	
	2022	2021
Remunerações	5.321	4.747
Encargos sociais e FGTS	2.703	2.261
Auxílio alimentação	946	694
Convênio assistencial e outros benefícios	421	464
Roupas profissionais	21	6
Seguros	87	71
Auxílio transporte	4	9
Capacitação e treinamento	60	56
Outros	889	549
(-) Transferência para ordens em curso	(498)	(398)
Total	9.954	8.459

NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO

Os encargos financeiros e os ingressos e variações monetárias estão distribuídos por macro atividade e apropriados no resultado.

Despesas financeiras	Legislação societária	
	2022	2021
Multas e juros s/ Parcelamento ICMS	164	19
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	134	23
Atualização bandeiras	-	-
Outras despesas	21	7
Juros s/financiamento Subestação	227	254
TOTAL	546	303

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2022	2021
Receitas de aplicações financeiras	272	74
Rendas	-	54
Encargos financeiros sobre energia	451	341
Descontos obtidos	1	10
Deságil s/crédito ICMS	133	286
Juros e multas ativos	88	-
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	132	144
TOTAL	1.077	909

NOTA 32 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Conforme item 3.19 da Resolução CFC nº 1.255/09, a entidade não possui nenhum valor a ser demonstrado a título de outros resultados abrangentes ficando então dispensada desta demonstração, apresentando apenas a demonstração do resultado deste período.

NOTA 33 – PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71, (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente ou à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

NOTA 34 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS

33.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

33.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Tubarão, Gravatal, Jaguaruna e Laguna, todos localizados no Estado de Santa Catarina.

NOTA 35 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES

A permissionária oferece para seus colaboradores:

- Plano de saúde Unimed
- Plano odontológico;
- Cartão alimentação;
- Seguro de vida;
- Mantém também bolsa de estudos aos colaboradores, custeando 50% da mensalidade englobando cursos regulares e de extensão, nível superior e profissionalizante dentro da área profissional e 100% da mensalidade do curso técnico em eletrotécnica.
- Plano de Previdência Privada - a empresa contribui com 50%, ou seja, R\$ 100,00 por colaborador, sendo a opção de forma voluntária;

- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho firmado com a empresa SSEGUR;
- Disponibilização de uniformes;

NOTA 36 - SEGUROS

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos. Na apólice contratada da HDI Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

- 01 Saveiro Robust 1.6 TOTAL Flex 8V; ANO/MODELO 2017/2017 - QIO 5361;
- 01 Gol 1.6 MI Total Flex 8V 4 P; ANO/MODELO 2013/2014– MKZ 1883;
- 01 Saveiro 1.6 Mi TOTAL Flex 8V; ANO/MODELO 2012/2013- MJQ 1543;
- 01 GOL CITY (TREND) 1.0 Mi 4P; ANO/MODELO 2012/2013- MJQ 1663;
- 01 Caminhão Volkswagen 13.180 Turbo ANO/MODELO 2002/2002 - MDC 6892;
- 01 Toyota Corolla GLI 1.8 FLEX, 16V. MEC. ANO/MODELO 2013/2014 - MLE 9650;
- 01 Saveiro Robust 1.6 Total Flex 8V ANO/MODELO 2016/2017- QHT 5949;
- 01 Toyota Hilux CS D4-D 4x4 2.5 16V 102cv TB Diesel ANO/MODELO 2009/2010 - MHP 0311;
- 01 Toyota Hilux CS D4-D 4x4 2.5 16V 102cv TB Diesel ANO/MODELO 2010/2010 - MID 3576;
- 01 Toyota Hilux CS D4-D 4x4 2.5 16V 102cv TB Diesel ANO/MODELO 2011/2011 - MIT 3996;
- 01 Toyota Hilux CS D4-D 4x4 3.0 16V 102cv TB Diesel ANO/MODELO 2012/2013 - MLF 5697;
- 01 Toyota Hilux CS D4-D 4x4 2,8 16V 102cv TB Diesel ANO/MODELO 2018/2019 - QJS 7192;
- 01 Fiat UNO Furgão Fiorino 1.3 Fire Flex ANO/MODELO 2012/2013 - MJR 7603.
- 01 Caminhão Volkswagen 17.260 E Constellation 4X2 ANO/MODELO 2021/2022 – RLL5H88.

Todos segurados contra Danos Materiais, Danos Corporais, APP por Morte e Invalidez.

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houveram eventos subsequentes entre a data do balanço e data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis.

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2022

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi**, por seus membros abaixo assinados, tendo procedido mensalmente o exame de todos os documentos da sociedade e aprovado todos os balancetes mensais da contabilidade, referentes ao exercício de 2022 e, nesta data conferido as contas do sistema de Resultado e do Balanço Patrimonial, bem como a todos os documentos inerentes ao encerramento do exercício de 2022, é de parecer, por ter encontrado tudo em perfeita ordem, que os mesmos merecem aprovação dos senhores associados em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2023. Como nada mais havia para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida e considerada conforme vai por todos assinada.

Tubarão/SC., 25 de janeiro de 2023.



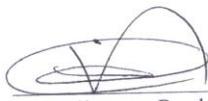
José dos Passos Silva – Efetivo



Edgar Teixeira – Efetivo



Reginaldo Cardoso Santana – Efetivo



Dilarmor Perdoná Bressan – Suplente



Reginaldo Martins Domingos - Suplente



Elio Nogueira – Suplente

Parecer dos Auditores Independentes
Sobre as Demonstrações Contábeis
Societárias



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGA** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparada sob a responsabilidade da Administração da Permissionária, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.





Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.





- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 06 de fevereiro de 2023.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC N° 17.329/O-8
CNAI N° 638

Relatório da Administração Regulatório

Relatório Anual da Administração
da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi: Associado, você é a razão da nossa energia.

A CERGA foi fundada em 10 de outubro de 1963 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais do município de Tubarão.

A missão da CERGA é distribuir energia elétrica de qualidade aos associados/consumidores, promovendo o cooperativismo e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

Temos ainda como visão ser uma distribuidora de energia elétrica reconhecida pela excelência e, necessária para o desenvolvimento socioeconômico em sua área de permissão.

Nossos valores são: segurança e qualidade de vida; cooperativismo; valorização dos colaboradores; responsabilidade socioambiental; ética; transparência e melhoria contínua.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais são considerados importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi - CERGA para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Pessoas ligadas às comunidades de Passo do Gado, Madre e Congonhas, de Tubarão, fundaram, em 10 de outubro de 1963, a CERGAL – Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, que iniciou suas atividades em 06 de fevereiro de 1964. A CERGAL surgiu tendo como objetivo levar energia elétrica para tais localidades, já que elas se encontravam isoladas da área urbana da cidade.

De 1967 até hoje, com a construção de novas redes, a Cooperativa cresceu muito, passando a atender mais localidades. Atualmente a CERGAL atende em todo o seu sistema 19.765 associados.

As melhorias da CERGAL são constantes. A Cooperativa investe continuamente, visando sempre a continuidade e a qualidade da energia consumida pelos associados/consumidores. A história revela que a atuação da CERGAL foi de fundamental importância para o desenvolvimento de várias comunidades de Tubarão e Jaguaruna onde foram construídas suas redes de energia elétrica. Assim, a CERGAL faz parte da história destas cidades onde contribuiu significativamente para o seu crescimento.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi é uma distribuidora de energia elétrica que fornece energia nas cidades de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Procuramos prestar os melhores serviços há mais de 50 anos, sempre visando a qualidade e o bem estar do associado/consumidor.

O destaque de 2022 foi à classe rural com o incremento de 18,11% comparado a 2021 seguida da classe de serviços públicos que obteve crescimento de 10,16%.

Acreditamos na valorização e qualificação de nossos colaboradores proporcionando-lhes constantemente participações em seminários, palestras e cursos voltados para o aperfeiçoamento dos mesmos nas mais diversas áreas, tais como:

- **Área Técnica:** Treinamento das Normas Técnicas Fecoeusc, Treinamento sobre reguladores de tensão, Telemetria dos consumidores do Grupo A, Encontro Técnico USEALL, Treinamento nas Normas SIPAT, Treinamento para novos membros da CIPA, Reciclagem dos cursos das Normas NR10 e NR 35.

- **Área Administrativa e Comercial:** Curso sobre Planejamento Estratégico; Formação de Auditores Internos, Execução do projeto social Mulheres Cooperativistas, Treinamento TI, Treinamento sobre o DOO no sistema de qualidade.

Além destes cursos, os colaboradores também tiveram a oportunidade de participar em Workshop e seminários nas mais diversas áreas. Para o quadro de diretores da CER GAL foi proporcionado um treinamento sobre o cooperativismo.

A busca pela qualidade dos serviços e o bom atendimento aos associados será sempre o maior objetivo da CER GAL.

A CER GAL foi recertificada em 2022 através de rigorosa auditoria realizada pela BRTUV - Avaliações de Qualidade S/A, conforme Norma **NBR ISO 9001.2015**, referente coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes.

Sendo assim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados/consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERGA distribui energia elétrica nos municípios de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, atendendo 19.765 consumidores sendo que 18.172 são da classe residencial, 796 da classe comercial, 197 da classe industrial e 05 da classe industrial livre e o restante, ou seja, 595, das demais classes.

.Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2022, 783 novas ligações, sendo 703 Residenciais, 52 Comerciais, 7 Industriais, 19 Rurais e 02 Serviços Públicos, totalizando 19.765 consumidores atendidos pela Permissionária, base dezembro de 2022, representando 1,93% superior ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores

Consumidores	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	18172	17.812	17.436	16.936	16.556
Comercial	796	786	763	724	688
Industrial	202	189	184	201	191
Rural	535	543	546	520	526
Poderes Públicos	43	44	44	41	41
Iluminação Pública	4	4	4	4	4
Serviço Público	13	13	14	11	13
Total	19.765	19.391	18.991	18.437	18.019
Varição	1,93%	2,11%	3,00%	2,32%	3,15%

.Comportamento do Mercado – A distribuição de energia da CERGA no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 58,27 GWh.

Mercado Atendido - GWh	2022	2021	2020	2019	2018
Energia Faturada	58,27	57,25	59,05	65,31	67,51
Fornecimento	58,27	57,25	59,05	65,31	67,51
Residencial	35,32	34,68	34,18	33,42	32,26
Comercial	9,41	9,65	8,96	9,09	9,15
Industrial	4,77	4,36	7,63	14,97	19,24
Rural	3,13	2,65	2,70	3,12	2,37
Poderes Públicos	0,76	1,23	0,98	0,84	0,75
Iluminação Pública	3,56	3,49	3,35	3,37	3,34
Serviço Público	1,30	1,18	1,24	0,50	0,40
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	15,52	15,81	15,12	4,73	
Total	73,79	73,06	74,16	70,04	67,51
Variação	1,00%	-1,48%	3,75%	4,86%	1,38%

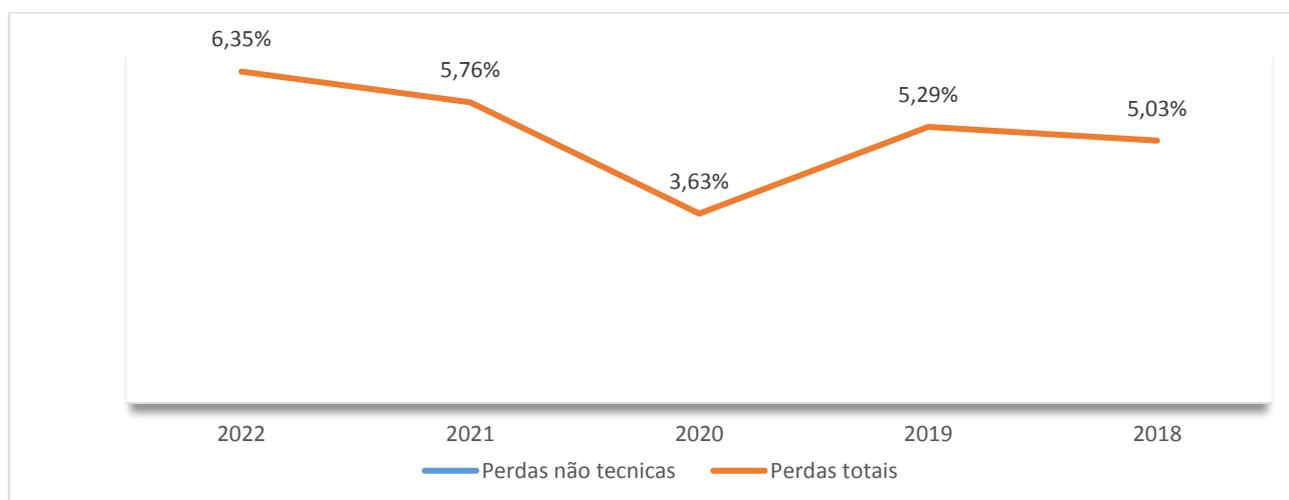
Obs: Neste quadro não foi considerado o consumo próprio.

Balanzo Energético

Energia Requerida	2022	2021	2020	2019	2018
Venda de Energia	80,21	78,89	62,68	70,61	72,55
Fornecimento	58,33	57,31	59,05	65,32	67,52
Suprimento p/ agentes de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	15,52	15,81	15,12	4,73	0,00
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	73,86	73,12	74,17	70,05	67,52
Perdas na Distribuição	-	-	-	-	-
Perdas Técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	6,35	5,76	3,63	5,29	5,03
PT / Energia Requerida %	7,92%	7,31%	5,78%	7,49%	6,94%
Total	80,21	78,89	77,80	75,34	72,55

As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGA são de 11,52%.

A CERGA vem investindo constantemente em ações que resultem na redução do índice de perdas da empresa, sendo assim tem investido na repotenciação dos condutores e transformadores, intensificação na fiscalização das medições nas unidades consumidoras, bem como na substituição de medidores eletromecânicos por eletrônicos. Com a construção e entrada em operação da subestação foi possível melhorarmos ainda mais a confiabilidade e continuidade no sistema elétrico. A seguir apresentamos a evolução do índice de perdas nos últimos 5 anos.



Distribuição Direta por Classe de Consumo

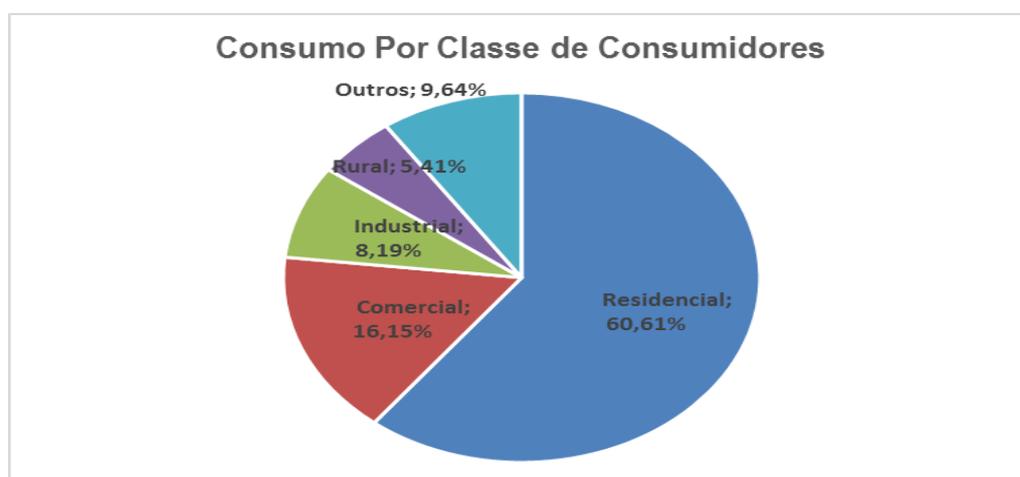
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da permissionária, em 2022 foi de 58.27 MWh e no mercado livre 15.52 MWh registrando um aumento no mercado da permissionária de 1,78% em relação a 2021.

A classe que teve maior crescimento foi a Rural, com acréscimo de 18,11% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	35,32	34,68	34,18	33,42	32,26
Industrial	4,77	4,36	7,63	14,97	19,24
Comercial	9,41	9,65	8,96	9,09	9,15
Rural	3,15	2,65	2,70	3,12	2,37
Outros	5,62	5,91	5,58	4,71	4,49
Total	58,27	57,25	59,05	65,31	67,51
Variação	1,78	-3,05	-9,59	-3,26	#DIV/0!

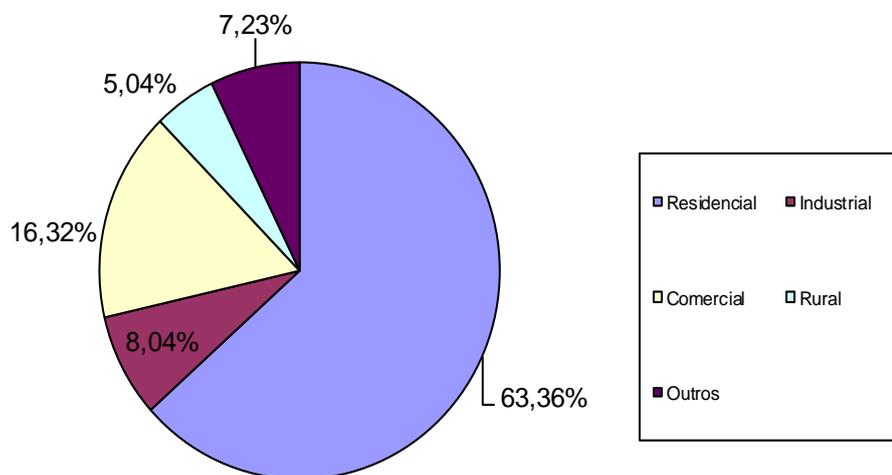


Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, importou em R\$ 48.924,07 mil, conforme quadro a seguir:

Receita bruta em R\$ mil

Classe	2022	2021	%
Residencial	30.996,20	30.138,18	2,85
Industrial	3.935,80	3.989,36	(1,34)
Comercial	7.986,46	8.236,62	(3,04)
Rural	2.466,00	2.023,52	21,87
Outros	3.539,61	4.080,27	(13,25)
Total	48.924,07	48.467,95	0,94

OBS: Energia Elétrica faturada



TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.122 de 27 de setembro de 2022, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGA, cujo reajuste médio foi de 9,91%(nove vírgula noventa e um por cento),correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2023.

Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2022, atingiu R\$ 720,69/MWh com um aumento de 5,58% com relação a dezembro de 2021.

OBS:Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil)

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2022	2021
Residencial	769,85	723,30
Comercial	694,74	650,15
Industrial	680,41	692,05
Rural	672,25	604,32
Outros	516,68	494,38
Média Geral	720,69	682,61

	0-30	31-100	101-220	>220
Tarifa Por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	229,89	394,10	591,16	656,84

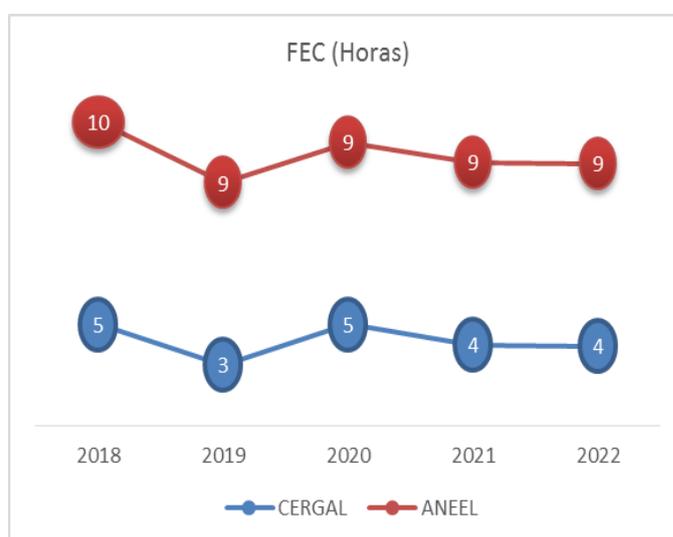
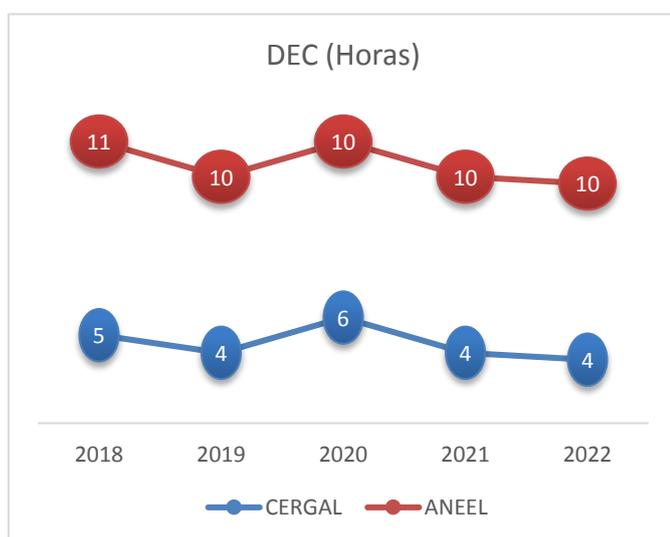
Composição da Tarifa

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	33.815,29	9.249,50	4.451,69	2.304,28	1.229,96	3.968,72
Impostos	8.069,26	2.222,71	1.014,55	616,10	286,96	1.102,03
PIS	11,99	3,30	1,51	0,92	0,43	1,64
COFINS	55,33	15,24	6,96	4,22	1,97	7,56
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	8.001,95	2.204,17	1.006,08	610,96	284,56	1.092,84
Taxas	5.361,51	1.476,85	674,10	409,36	190,66	732,23
Fiscalização	53,66	14,78	6,75	4,10	1,91	7,33
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	2.342,52	645,26	294,52	178,86	83,30	319,92
CDE Covid-19	237,61	65,45	29,87	18,14	8,45	32,45
PROINFA	323,59	89,13	40,68	24,71	11,51	44,19
Bandeira Tarifária	2.404,13	662,23	302,27	183,56	85,49	328,34
Custo da energia comprada p/revenda	11.835,92	3.260,26	1.488,13	903,70	420,91	1.616,45
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	3.444,49	948,80	433,07	262,99	122,49	470,42
Outras despesas operacionais	1.726,65	475,61	217,09	131,83	61,40	235,81
Tarifa bruta da concessionária (*)	20.384,53	5.549,94	2.763,04	1.278,81	752,34	2.134,45
Resultado	3.377,47	865,27	624,75	-19,71	147,54	-188,23

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2018	5,23	5,39	0,87
2019	4,07	3,11	0,86
2020	5,73	5,21	0,71
2021	3,52	3,80	0,70
2022	3,61	3,94	0,71



Atendimento ao Consumidor – A CERGAL não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios dos Municípios que a CERGAL distribui energia elétrica encontram-se atendidos.

Além da sede administrativa, a CERGAL conta com mais 02 (dois) postos de atendimento, oferecendo atendimento personalizado por profissionais capacitados e qualificados com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

Em 2022 a CERGAL através do setor de controle de qualidade realizou vários monitoramentos e análises da qualidade de tensão que é fornecida aos consumidores/associados. Neste ano, foram realizadas 185 medições de tensão amostrais da ANEEL e 05 medições de tensão solicitadas pelos consumidores/associados.

Tecnologia da Informação

No ano de 2022, o foco da Cergal foi viabilizar investimentos para deixar mais robusto a estrutura lógica da Cooperativa, focando em redundâncias e uma rede.

Outro fator que a Cergal focou foi em estruturar os processos, com o objetivo de atender a LGPD, mantendo reuniões mensais com a comissão, na qual o TI teve um papel fundamental para maximizar as ações.

Foram adquiridos dois novos servidores para a Cergal, servindo de redundância para os antigos servidores. Com isto, houve uma melhora significativa no desempenho dos mesmos, além da garantia de segurança das informações. A TI também tem por objetivo manter os equipamentos devidamente atualizados, com servidores virtualizados, contribuindo com o controle e coleta de informação, agilizando as instalações o cuidado e o acompanhamento.

Os departamentos estão interligados através de pastas no servidor, onde a intranet é controlada pelos usuários de domínio, a qual tem por finalidade a segurança das informações obtendo cópia de segurança diária.

Uma estrutura assim, permite um comprometimento com a necessidade de cumprir fidedignamente com as informações encaminhadas a agência ANEEL, com garantia assegurada através dos back-ups personalizados, os quais sempre que solicitados cumpriram com sua missão, também houve uma abrangência consistente de backup com a ferramenta Nakivo.

A preocupação com a segurança da informação na Cooperativa se mantém devido ao tanto de ações de *hackeamento* que ocorre nas empresas em geral, com isto, os

colaboradores são constantemente informados de medidas de atenção e prevenção, além de manter softwares atualizados evitando bugs que afetem a segurança, além da utilização de um firewall com regras de segurança para toda rede interna.

O software de automatização está funcionando em perfeito estado, o qual está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Visando manter um atendimento personalizado, a CERGA valoriza o cuidado com as informações que lhes são fornecidas, por isso, tem investido na segurança das mesmas, assim como do ambiente de trabalho, qualificando a equipe e dispondo das ferramentas no mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2022, as sobras foram de R\$ 4.675,99 (Reais/mil), contra uma sobra Líquida de R\$ 4.744,37 (Reais/mil) em 2021, ocasionando uma redução nas Sobras na Ordem de (1,46)%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 43.894,52 (Reais/mil), superior em (6,47)% em relação a 2021, que foi de R\$ 41.226,14 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2022 R\$ 40.303,06 (Reais/mil), (8,21) % superior em relação a 2021 que foi de R\$ 37.246,20 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 8,81% em relação a 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4.039,39 (Reais/mil).

Investimentos: Em 2022, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 2.946,55 mil que foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$/mil 19.261,41.

Evolução e Projeção dos Investimentos	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2022				
	2020R	2021R	2022R	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	1.172,05	14.025,80	2.946,55	4.215,96	6.497,98	3.018,48	1.903,95	1.884,02
Transformador de Distribuição	206,29	536,13	574,28	133,09	255,75	250,00	220,50	270,50
Medidor	215,97	651,73	323,15	215,87	330,75	355,50	350,50	350,00
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	531,07	1.625,40	775,29	350,00	350,00	335,00	350,00	275,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	197,74	1.135,12	1.212,88	2.641,52	5.311,48	1.697,98	582,95	488,52
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	10.077,41	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	20,98	0,01	60,95	875,48	250,00	380,00	400,00	500,00
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(727,35)	(1.884,49)	(2.614,85)					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(672,11)	(1.682,30)	(1.773,90)					
Outros	(55,24)	(202,19)	(840,95)					
Originadas da Receita	(55,24)	(202,19)	(840,95)					
Ultrapassagem de demanda	(33,07)	(90,10)	(54,40)					
Excedente de reativos	(22,16)	(112,05)	(110,50)					
Outros			(676,05)					
Outros								

¹ Para o cadastro de subestações, considerar o maior nível de tensão do(s) transformador(es) da subestação.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

	2022R	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Plano de Investimentos 2022	2.946,55	4.215,96	6.497,98	3.018,48	1.903,95	1.884,02
	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P	
Plano de Investimentos 2021	6.524,86	2.002,08	1.892,69	2.033,98	2.136,30	
Diferença	-54,84%	110,58%	243,32%	48,40%	-10,88%	

os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são	JUSTIFICATIVAS
	2022- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO , ALOCANDO AS OBRAS NÃO EXECUTADAS PARA O ANO SEGUINTE.
	2023- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO, COLOCANDO AS OBRAS REPROGRAMADAS DE 2022 PARA 2023 EM EXECUÇÃO.
	2024- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO, OBRAS DOS ALIMENTADORES, DANDO SEQUENCIA AS OBRAS DE 2023.
	2025- REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, DEVIDO A REDEFINIÇÃO DE CUSTO FINANCEIRO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E PRAZOS PARA EXECUÇÃO
	2026 - REPLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Captações de Recursos: Os investimentos de 2022 foram realizados somente com recursos próprios.

Composição Acionária: O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 8.423,60 mil. À quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Relações com o Mercado: A CERGA participa de eventos, compõe as associações do Setor: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP, bem como, mantém contato com outras Permissionárias e concessionárias buscando sempre estar atualizada com relação às modificações do Setor Elétrico.

A CERGA objetiva manter seus colaboradores sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo com que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A segurança e qualidade de vida no trabalho;
- O fortalecimento do cooperativismo, a participação e a solidariedade;
- A valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família;
- A responsabilidade social e respeito ao meio ambiente;
- A ética;
- A transparência;
- O orgulho em fazer parte do quadro funcional da cooperativa.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: A CERGA vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes ocorridas no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações e reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

O sistema de gestão da qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento, a cada dia, de novas ideias e sugestões de melhoria contínua, com isso, ganha a empresa com qualidade, refletindo sensivelmente em nossa razão de existir que são os nossos Associados/Consumidores.

A CERGA em Números

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	19.765	19.391	1,93%
Número de empregados	85	84	1,19%
Número de consumidores por empregado	232,53	230,85	0,73%
Número de localidades atendidas	4,00	4,00	0,00%
Número de postos de atendimento	3,00	3,00	0,00%

Mercado	2022	2021	%
Área de permissão (Km ²)	199,35	199,35	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7.487	7.357	1,77%
Distribuição direta (GWh)	58,34	57,25	1,90%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.943,89	1.917,12	1,40%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	720,69	682,61	5,58%
Total (exceto curto prazo)	-	-	0,00%
Residencial	769,85	723,30	6,44%
Comercial	694,73	650,15	6,86%
Industrial	680,41	692,05	-1,68%
Rural	672,25	604,32	11,24%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	3,64	3,52	3,41%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	29,28	29,28	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	10,40	10,40	0,00%
FEC (número de interrupções)	3,94	3,80	3,68%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	1,44	1,30	10,77%

Operacionais	2022	2021	%
Número de subestações	1,00	1,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	579,32	579,32	0,00%
Capacidade instalada (MW)	59,90	59,90	0,00%

Financeiros	2022	2021	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	59.921,09	62.848,65	-4,66%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.894,52	41.226,14	6,47%
Margem operacional do serviço líquida (%)	36,51%	52,45%	-30,39%
EBITDA OU LAJIDA	4.039,39	-	#DIV/0!
Lucro líquido (R\$ mil)	4.675,99	4.744,37	-1,44%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	51.793,85	47.598,27	8,81%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,03%	9,97%	-9,43%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	33,38%	35,76%	-6,66%
Em moeda nacional (%)	33,38%	35,76%	-6,66%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%

Indicadores de Performance	2022	2021	%
Salário Médio dos Funcionários:	5,26	4,54	16,05%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	928,12	939,17	-1,18%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	3,99	4,07	-1,89%
Retorno de ativos por unidade	0,64	0,64	-0,41%

Balanco Social

Recursos Humanos

Os resultados da Cergal são sustentados pelo engajamento e competência de uma equipe multidisciplinar formada por 85 colaboradores. O envolvimento e a produtividade aliados ao direcionamento da liderança e a transparência nas operações, demonstram o alinhamento das ações com vistas aos melhores resultados.

A CERGA proporcionou ao seu quadro funcional treinamentos, palestras reciclagens, ensino médio, curso técnico e ensino superior nas áreas específicas. Sempre pensando no melhor para seus colaboradores, no aprendizado contínuo e no melhor desempenho dos mesmos em sua função.

Treinamento e Desenvolvimento

O processo constante de construção e aprimoramento de conhecimentos e habilidades dos colaboradores de todas as áreas que compõem nossa estrutura operacional, é a diretriz para a elaboração do Plano de desenvolvimento de competências, que compreende ações internas, externas, in company e programa auxílio educação, realizadas com recursos próprios e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/SC), acumulando durante o ano 84,09 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador.

Nº DE HORAS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO / COLABORADOR - PQC 011 | OE 01



Benefícios

O pacote de benefícios é uma ação cada vez mais eficaz para atrair e reter bons profissionais, promover o bem estar e incentivar a produtividade. Desta forma, atenta a qualidade de vida, a Cergal oferece aos seus colaboradores: plano de saúde, plano odontológico, vale alimentação, vale transporte, auxílio educação, seguro de vida e previdência privada, além do acompanhamento por meio de exames médicos admissionais e periódicos. A Cergal dispõe ainda de uma sede social com estrutura para festas e eventos, campo de futebol e parque infantil.



Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma ferramenta de gestão que possibilita mensurar a opinião dos colaboradores referente as políticas e práticas adotadas pela Cergal. A partir da análise dos resultados é possível alinhar expectativas e definir ações com o intuito de tornar o ambiente de trabalho cada vez melhor. Em 2022 a média geral somou 95% de satisfação dos colaboradores.



Valorização

O reconhecimento é pauta constante na Cergal, com o propósito de envolver e engajar os colaboradores na construção e manutenção de uma cultura interna saudável e propícia à produtividade, algumas ações marcaram a rotina, com destaque as datas comemorativas: dia internacional da mulher, festa junina, campanhas nacionais de caráter preventivo outubro rosa e novembro azul, jantar de fim de ano e demais ações que evidenciem o alcance de resultados positivos.



CIPA CERGA

Em atendimento a NR 05, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), representada por oito colaboradores, é responsável por observar, identificar, intermediar e propor ações que minimizem os riscos e potencializem a preservação da saúde e segurança dos colaboradores.

SIPAT

A Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (SIPAT), é uma oportunidade para desenvolver ações que evidenciem a preservação da saúde e segurança, por meio da conscientização dos colaboradores. A edição de 2021 ocorreu entre os dias 31/08/2022 e 02/09/2022 com o tema Autocuidado e Prevenção.



Responsabilidade Social

Consciente de seu papel nas comunidades que compreendem a área de permissão e, a busca constante pelo fortalecimento de laços saudáveis e duradouros a partir da construção de um legado de oportunidades, a Cergal vem reforçando sua atuação como empresa cidadã.

Dando início a 1ª turma do Programa Mulheres Cooperativistas que encerrou em 06/12/2022, com o evento de formatura das 41 mulheres participantes da comunidade de São Bráz. O programa acontece em parceria com o SESCOOP e visa difundir o cooperativismo e seus princípios e fomentar alternativas e estratégias de desenvolvimento, que elevem o autoconhecimento e a consciência do seu papel nas comunidades onde atuam.

Temas relacionados a liderança feminina cooperativista, desenvolvimento interpessoal e relacionamento familiar, educação cooperativista, desenvolvimento da comunicação eficaz e oratória, organização do quadro social, inteligência emocional e equilíbrio emocional, compõem o programa.





Além do apoio a outras instituições com iniciativas pautadas na educação e cidadania.

Programa Jovem Aprendiz

A Cergal, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAC/SC e em atendimento a Lei de Aprendizagem, oportuniza um espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aos jovens participantes do curso de aprendizagem. Durante o ano, três contratados foram orientados e incentivados pela equipe de profissionais das áreas administrativa e comercial.

Sistema de Gestão da Qualidade

Comprometidos com a excelência na prestação dos serviços e, motivados pelo aperfeiçoamento constante e a padronização de todos os processos que sustentam nossa estrutura operacional, estrategicamente, a Diretoria tomou a importante decisão de ampliar o escopo do sistema de gestão da qualidade para: “Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente. Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.”

Com o envolvimento e comprometimento de todos os colaboradores, a Cergal passou por criteriosa auditoria externa de recertificação e ampliação do escopo, conduzida pelo organismo certificador TÜV Nord Brasil, no período entre 07 e 09 de novembro. A Cergal foi recomendada a certificação ISO 9001:2015, de reconhecimento nacional e internacional, que valida a conformidade de nossa atuação e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.



Planejamento Estratégico

Com o intuito de avaliar e estabelecer os objetivos estratégicos a serem alcançados em médio e longo prazo, com o suporte de uma consultoria externa, a Cergal passou pelo processo de reestruturação do planejamento estratégico, com propósito de definir as ações necessárias para o alcance dos melhores resultados.

LGPD

Acompanhada por consultoria especializada que fornece suporte ao comitê interno, a Cergal segue em processo de adequação, visando a implementação de procedimentos com o objetivo de assegurar o direito à privacidade e a proteção de dados pessoais dos usuários, em concordância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

a) Demonstração do Balanço Social 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais).

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
CNPJ nº. 86.439.510/0001-85

Demonstração do Balanço Social - 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022			2021		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	43.894,52			41.226,14		
Lucro Operacional (LO)	4.229,92			4.200,79		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	11.470,23			9.700,11		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	946,09	8,25%	2,16%	693,37	7,15%	1,68%
Encargos sociais compulsórios	2.540,59	22,15%	5,79%	2.113,49	21,79%	5,13%
Entidade de previdência privada	84,20	0,73%	0,19%	13,60	0,14%	0,03%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	421,22	3,67%	0,96%	392,81	4,05%	0,95%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	54,27	0,47%	0,12%	82,99	0,86%	0,20%
Educação - Auxílio educação	14,19	0,12%	0,03%	21,02	0,22%	0,05%
Capacitação e desenvolvimento profissional	54,71	0,48%	0,12%	24,57	0,25%	0,06%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,92	0,03%	0,01%	2,56	0,03%	0,01%
Outros Benefícios	127,76	1,11%	0,29%	79,54	0,82%	0,19%
Total	4.246,95	37,03%	9,68%	3.423,95	35,30%	8,31%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	1,50	0,04%	0,00%	1,50	0,04%	0,00%
Doações e contribuições	211,97	5,01%	0,48%	155,05	3,69%	0,38%
Total de contribuições para a sociedade	213,47	5,05%	0,49%	156,55	3,70%	0,36%
Tributos - excluídos encargos sociais	9.695,64	2,29%	22,09%	12.559,81	2,99%	30,47%
Total	9.909,11	2,34%	22,57%	12.716,36	3,03%	30,85%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	20,94	0,50%	0,05%	0,00	0,00%	0,00%
Total	20,94	0,50%	0,05%	0,00	0,00%	0,00%

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	85	84
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	28	25
Ensino médio	53	52
Ensino fundamental	4	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	5
De 30 até 45 anos (exclusive)	52	45
Acima de 45 anos	27	34
Admissões durante o período	5	0
Mulheres que trabalham na empresa	22,35	22,62
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	2,35	2,38
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0	
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	94	120
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,20	23,93
Maior remuneração	16,32	14,36
Menor remuneração	0,6	0,6
Acidentes de trabalho	1	0

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Balanço Patrimonial Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO		NOTA	2022	
CIRCULANTE			20.530,92	18.925,36
Caixa e equivalentes de caixa			5.581,68	2.804,28
Consumidores de energia a receber	06		10.795,31	11.475,99
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	06		(1.630,82)	(1.398,38)
Impostos a recuperar			909,01	514,85
Estoques			265,44	186,47
Serviços em curso			205,70	352,09
Ativos Regulatorios	08		2.590,92	1.689,41
Despesas de exercícios seguintes			81,00	55,95
Outros créditos			1.732,68	3.244,70
NÃO CIRCULANTE			48.551,23	45.693,76
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			755,62	821,86
Impostos a recuperar			378,01	248,38
Outros créditos			377,61	573,48
INVESTIMENTOS			160,61	0,00
IMOBILIZADO	07		47.442,34	44.607,98
INTANGÍVEL	07		192,66	263,92
TOTAL DO ATIVO			69.082,15	64.619,12

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC 0271440-7

 Gelson José Bento
 Presidente

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA
Tubarão - SC
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)
PASSIVO

	NOTA	2022	2021
CIRCULANTE		11.185,62	12.300,29
Fornecedores		2.583,60	4.001,21
Salários e ordenados a pagar		981,73	818,80
Impostos, taxas e contribuições		747,18	2.146,43
Passivos regulatórios	08	2.774,99	512,33
Encargos setoriais		591,75	1.665,10
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		0,00	315,92
Repases a realizar		533,31	455,05
Outros débitos		2.973,06	2.385,45
NÃO CIRCULANTE		6.102,68	4.720,56
Fornecedores		0,00	0,00
Provisões para contingências	09	194,18	172,89
Contingências fiscais	09	1.504,00	1.504,00
Passivos regulatórios	08	0,00	0,00
Obrigações vinculadas ao serviço público	10	4.404,50	3.043,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		51.793,85	47.598,27
Capital social	11	8.423,60	7.917,05
Reavaliação regulatório compulsória		9.095,92	10.057,92
Reserva de sobras	11	31.684,99	26.986,88
Reserva legal		9.757,98	7.603,70
Fates		3.834,27	3.102,98
Fundo de manutenção		18.092,74	16.280,20
Sobras a disposição da AGO	11	2.589,34	2.636,42
TOTAL DO PASSIVO E PL		69.082,15	64.619,12

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC 0271440-7

 Gelson José Bento
 Presidente

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRES DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	PERÍODOS	
		01/jan/22	01/jan/21
		a	a
		31/dez/22	31/dez/21
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITAS / INGRESSOS OPERACIONAIS	12	59.921,09	62.848,65
Fornecimento de energia elétrica		15.124,20	17.820,25
Disponibilização do sistema de distribuição		37.852,19	35.935,81
Ativos e passivos financeiros setoriais		(928,66)	3.026,58
Outras receitas operacionais (Serviços, contribuições e subvenções)		7.873,36	6.066,01
TRIBUTOS		(10.188,86)	(13.311,61)
ICMS		(10.105,13)	(13.200,57)
Pis-Pasep		(14,91)	(19,77)
Cofins		(68,82)	(91,27)
ENCARGOS - PARCELA A		(5.837,71)	(8.310,90)
Conta de desenvolvimento Energético - CVA		(4.569,74)	(3.864,39)
CDE Covid - 2019		(1.175,91)	(391,97)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(92,06)	(88,52)
Bandeiras tarifárias		-	(3.966,02)
RECEITAS / INGRESSOS LÍQUIDOS		43.894,52	41.226,14
Dispêndios / Custos não gerenciáveis - Parcela A			
Suprimento de energia elétrica		(14.898,70)	(20.613,23)
Proinfa		(721,46)	(533,81)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(5.496,61)	(846,43)
Encargos de serviço de sistema – ESS		(76,05)	-
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		22.701,70	19.232,67
Dispêndios / Custos gerenciáveis - Parcela B			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	14	(11.941,18)	(10.152,63)
Material		(897,67)	(797,49)
Serviços de terceiros		(2.961,35)	(2.606,31)
Arrendamento e aluguéis		(21,86)	(21,15)
Tributos		(104,44)	(31,55)
Seguros		(123,47)	(51,79)
Doações, contribuições e subvenções		(135,03)	(143,74)
Provisão para Devedores Duvidosos		(656,48)	754,81
Depreciação e amortização		(2.439,96)	(2.066,09)
(-) Recuperação de Despesas		793,83	426,86
Outros gastos diversos		15,83	(342,80)
RESULTADO DA ATIVIDADE		4.229,92	4.200,79
RESULTADO FINANCEIRO		531,39	606,28
Despesas financeiras		(546,11)	(302,73)
Receitas financeiras		1.077,50	909,01
RESULTADO ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR		4.761,31	4.807,07
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(85,32)	(62,70)
Contribuição social		(28,94)	(22,95)
Imposto de renda		(56,38)	(39,75)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.675,99	4.744,37

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC 0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

DEMONSTRAÇÃO
DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (REAVALIAÇÃO)	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/20	7.221,33	11.091,68	6.476,42	2.383,10	14.434,71	23.294,23	1.682,06	43.289,30
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização/devolução de quotas	13,65					-		13,65
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			527,28	495,95	1.845,49	2.868,72	(2.868,72)	-
- Avaliação compulsória regulatória						-		-
- Destinações AGO	682,07		600,00	400,00		1.000,00	(1.682,07)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(176,07)		-		(176,07)
- Realização da Reavaliação regulatória		(1.033,76)				-	760,78	(272,98)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO							4.744,37	4.744,37
SALDOS 31/DEZ/21	7.917,05	10.057,92	7.603,70	3.102,98	16.280,20	26.986,88	2.636,42	47.598,27
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização/devolução de quotas	6,55					-		6,55
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			517,87	460,69	1.812,54	2.791,10	(2.791,10)	-
- Avaliação compulsória regulatória						-		-
- Destinações AGO	500,00		1.636,41	500,00		2.136,41	(2.636,41)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(229,40)		-		-
- Realização da Reavaliação regulatória		(962,00)				(229,40)	704,44	475,04
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO							4.675,99	4.675,99
SALDOS 31/DEZ/22	8.423,60	9.095,92	9.757,98	3.834,27	18.092,74	31.684,99	2.589,34	51.793,85
MUTAÇÕES DO PERÍODO	506,55	(962,00)	2.154,28	731,29	1.812,54	4.698,11	(47,08)	4.195,58

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Luciane da Rosa Bittencourt
 Contadora CRC SC 0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/22	01/jan/21
	a	a
	31/dez/22	31/dez/21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	55.437	54.137
Recebimento de Subvenções	10.965	6.979
Pagamentos a Fornecedores	(5.371)	(3.942)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(18.920)	(19.773)
Salários e Encargos Sociais	(7.988)	(8.858)
Caixa Gerada pelas Operações	34.123	28.543
Encargos Setoriais	(10.068)	(7.515)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(216)	(984)
Tributos Estaduais (ICMS)	(14.041)	(12.640)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(83)	(76)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	9.715	7.328
Indenizações	(98)	(45)
Associações e Convênios	(2.065)	(2.735)
Viagens	(3)	(5)
Outras Receitas e Despesas	(71)	680
Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais	7.478	5.223
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	(6.318)	(6.620)
Recebido pela Venda de Imobilizado	134	54
Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos	(6.184)	(6.566)
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	295	53
Recebimentos repasses CDE-Covid	1.586	-
Despesas Bancárias	(398)	(417)
Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras	1.483	(364)
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	2.777	(1.707)
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	2.804	4.511
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	5.581	2.804
Varição pelo Caixa	2.777	(1.707)

Luciane da Rosa Bittencourt
Contadora CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Agradecimentos

Ao fim do exercício social de 2022, queremos agradecer a DEUS, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos os consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para CERGA.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta permissionária.

Tubarão, 31 de Dezembro de 2022.

A Administração.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CER GAL**Tubarão - SC****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2022 E 2021.**

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição e comercialização de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem prazo único de 20 (vinte anos), contados a partir de 30 de outubro de 2008. Em 15 de abril de 2021 houve aditivo contratual alterando o prazo de permissão para 30 (trinta) anos contados a partir da celebração deste. Esta alteração poderá ser suspensa se não atendidas as condições estipuladas no próprio aditivo.

NOTA 02 - DAS PERMISSÕES

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Gravatal, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001491/2000-84 de regularização da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CER GAL, especificadas na resolução homologatória nº 526, de 31 de julho de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.566, de 23 de setembro 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 30/out./2008.

NOTA 03 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes:

- (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e
- (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B, mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Os cálculos destes ajustes, reajustes ou revisões periódicas, e toda a legislação que regula este setor estão normatizados pelos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET. A nova estrutura do PRORET foi aprovada pela resolução normativa n. 435/2011, dividido em 12 módulos e subdividido em submódulos.

NOTA 04 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 05 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, serão faturados e cobrados, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando a poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido a depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 30 de Setembro de 2013, com base em Laudo de Reavaliação aprovado em Assembleia Extraordinária e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de Setembro de 2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 06 - CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIAS E CONCESSIONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES								
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				2022	2021	SALDO	SALDO
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Provisão p/ Devedores Duvidosos	2022	2021
Fornecimento de Energia	7.129,79	1.422,60	136,73	428,41	1.464,93	(1.417,97)	(1.229,14)	9.164,49	10.077,60
Residencial	2.157,06	1.034,71	103,38	194,92	555,42	(759,85)	(684,39)	3.285,64	4.010,81
Industrial	745,23	83,26	3,47	66,20	728,11	(409,27)	(336,14)	1.217,00	1.153,38
Comercial	491,60	244,07	16,86	91,58	162,38	(229,86)	(196,61)	776,63	1.072,31
Rural	204,98	59,68	12,42	75,71	19,02	(18,99)	(8,29)	352,82	279,82
Poderes Públicos	49,17	0,88	0,60	-	-	-	(3,71)	50,65	98,41
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Público	98,49	-	-	-	-	-	-	98,49	143,76
Taxado	27,50	-	-	-	-	-	-	27,50	37,82
Parcelamentos créditos a receber	716,66							716,66	586,29
Outros	464,11	-	-	-	-	-	-	464,11	429,40
Fornecimento Não Faturado	2.174,99	-	-	-	-	-	-	2.174,99	2.265,60
Total	7.129,79	1.422,60	136,73	428,41	1.464,93	(1.417,97)	(1.229,14)	9.164,49	10.077,60

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	61.098,54	2.959,16	(764,35)	-	(690,33)	62.603,02	2.194,81	(20.645,07)	41.957,95	42.016,01
Terrenos	142,44			-	-	142,44	-		142,44	142,44
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.803,95	7,60		-	-	1.811,55	7,60	(177,31)	1.634,24	1.688,94
Máquinas e equipamentos	57.437,21	2.946,56	(632,67)	-	(690,33)	59.060,77	2.313,89	(19.473,87)	39.586,90	39.433,64
Veículos	1.693,80		(131,56)	-	-	1.562,24	(131,56)	(980,17)	582,07	742,66
Móveis e utensílios	21,14	5,00	(0,12)	-	-	26,02	4,88	(13,72)	12,30	8,33
Administração	2.168,56	142,60	(1,11)	-	-	2.310,05	141,49	(1.036,00)	1.274,05	1.220,97
Terrenos	420,22			-	-	420,22	-	-	420,22	420,22
Edificações, obras civis e benfeitorias	954,95			-	-	954,95	-	(461,13)	493,82	525,79
Máquinas e equipamentos	523,72	133,30		-	-	657,02	133,30	(391,46)	265,56	178,84
Veículos	82,79			-	-	82,79	-	(82,79)	-	-
Móveis e utensílios	186,88	9,30	(1,11)	-	-	195,07	8,19	(100,62)	94,45	96,12
Subtotal	63.267,10	3.101,76	(765,46)	-	(690,33)	64.913,07	2.336,30	(21.681,07)	43.232,00	43.236,98

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)-(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	1.370,97	15.592,82	(13.007,23)	-	-	3.956,56	2.585,59	-	3.956,56	1.371,00
Máquinas e equipamentos	160,12	4.837,89	(3.168,95)	-	-	1.829,06	1.668,94	-	1.829,06	160,15
Outros	1.210,85	10.754,93	(9.838,28)	-	-	2.127,50	916,65	-	2.127,50	1.210,85
Administração	-	834,71	(580,94)	-	-	253,77	253,77	-	253,77	-
Máquinas e equipamentos	-	133,30	(133,30)	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	701,41	(447,64)	-	-	253,77	253,77	-	253,77	-
Subtotal	1.370,97	16.427,53	(13.588,17)	-	-	4.210,33	2.839,36	-	4.210,33	1.371,00

Total do Ativo Imobilizado	64.638,07	19.529,29	(14.353,63)	-	(690,33)	69.123,40	5.175,66	(21.681,07)	47.442,33	44.607,98
-----------------------------------	------------------	------------------	--------------------	---	-----------------	------------------	-----------------	--------------------	------------------	------------------

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	98,29	-	-	98,29	-	(92,10)	6,19	7,45
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	98,29	-	-	98,29	-	(92,10)	6,19	7,45
Administração	360,73	-	-	360,73	-	(174,26)	186,47	256,47
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso Software	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	360,73	-	-	360,73	-	(174,26)	186,47	256,47
Subtotal	459,02	-	-	459,02	-	(266,36)	192,66	263,92
Total do Ativo Intangível	459,02	-	-	459,02	-	(266,36)	192,66	263,92

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)-(C)
AIS Bruto	57.437,21	2.946,56	632,67	690,33	59.060,77	2.313,89
Transformador de Distribuição	6.015,46	574,28	170,10	199,35	6.220,29	404,18
Medidor	3.537,03	323,14	158,86	91,19	3.610,12	164,28
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	10.077,16	-	-	-	10.077,16	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	37.807,56	2.049,14	303,71	399,79	39.153,20	1.745,43
Obrigações Especiais do AIS Bruto	2.996,87	669,42	-	-	3.666,29	669,42
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	2.099,45	669,42	-	-	2.768,87	669,42
Outros	897,42	-	-	-	897,42	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	396,45	-	-	-	396,45	-
Excedente de reativos	500,97	-	-	-	500,97	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

	2022			2021	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,86%	62.603,16	(20.645,07)	41.958,09	42.016,02
Custo histórico	3,91%	43.721,57	(10.859,11)	32.862,46	31.958,10
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,75%	18.881,59	(9.785,96)	9.095,63	10.057,93
Administração	3,87%	2.309,91	(1.036,00)	1.273,91	1.220,96
Custo histórico	3,87%	2.309,91	(1.036,00)	1.273,91	1.220,96
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
TOTAL	-	64.913,07	(21.681,07)	43.232,00	43.236,98

A composição das adições do exercício “Em Curso”, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	150,00	7,11	-	3,49	160,60
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	7,60	-	-	-	7,60
Máquinas e Equipamentos	4.193,68	257,30	403,13	117,08	4.971,19
Móveis e Utensílios	268,06	-	-	-	268,06
Custos a Distribuir	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-
Material em Depósito	3.835,46	-	-	-	3.835,46
Compras em Andamento	4.266,07	-	-	-	4.266,07
Adiantamentos a Fornecedores	2.490,42	-	-	-	2.490,42
Outros - Veículos	428,13	-	-	-	428,13
Total das Adições	15.639,42	264,41	403,13	120,57	16.427,53

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

		Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição		
Barra de capacitores		6,67
Chave de distribuição		6,67
Condutor do sistema		3,57
Estrutura do sistema		3,57
Regulador de tensão		4,35
Transformador		4,00
Administração central		
Veículos		14,29
Edificações		3,33
Equipamentos Geral		6,25
Equipamento Geral de Informática		16,67
Software		20,00
Urbanização e Benfeitorias		3,33

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Poste circular de concreto 10 x 300	R\$ 300,51
Cabo quadruplex alumínio 3#70+70mm ²	R\$ 216,77
Poste circular de concreto 11 x 600	R\$ 188,70
Transf. de distribuição trif. 75kva	R\$ 163,42
Transf. de distribuição trifásico 112,5kva	R\$ 158,81
Cabo de cobre nu 25mm ²	R\$ 142,70
Cabo quadruplex alumínio 3#50+50mm ²	R\$ 142,17
Poste circular de concreto 10 x 600	R\$ 141,90
Poste circular de concreto 10 x 150	R\$ 125,22
Transf. de distribuição trif. 45kva	R\$ 117,82

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Caminhão mercedes benz	R\$ 131,56
Medidor eletrônico trifásico	R\$ 58,69
Regulador automático de tensão mono	R\$ 58,44
Cabo de alumínio nú 4 awg mono	R\$ 55,32
Transf. de distribuição trif. 75kva	R\$ 53,77
Transf. de distribuição trif. 45kva	R\$ 33,70
Transf. de distribuição trif. 30kva	R\$ 30,77
Medidor eletromecânico monofásico	R\$ 27,26
Transf. de distribuição trif. 112,5kva	R\$ 19,52
Poste circular de concreto 10 x 150	R\$ 19,33

NOTA 08 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 30/09/2019 a 29/09/2020, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CERGA transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERGA, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

V) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifaria, a CERGA não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.689,41	5.472,64	4.571,13	2.590,92	1.961,65	629,27	2.590,92	-
Majoração PIS/Cofins	1.350,98	4.523,51	4.016,04	1.858,44	1.772,81	85,63	1.858,44	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	338,43	405,36	555,04	188,75	188,75	-	188,75	-
Sobrecontratação de Energia	-	0,14	0,05	0,10	0,10	-	0,10	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	543,64	-	543,64	-	543,64	543,64	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.689,41	5.472,64	4.571,13	2.590,92	1.961,65	629,27	2.590,92	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	(89,74)	-	(89,74)	-	(89,74)	(89,74)	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	-	(34,40)	-	(34,40)	-	(34,40)	(34,40)	-
ESS	-	(55,34)	-	(55,34)	-	(55,34)	(55,34)	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(512,33)	(5.955,00)	(3.782,09)	(2.685,25)	(1.699,07)	(986,18)	(2.685,25)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(277,49)	(1.314,09)	(641,46)	(950,13)	-	(950,13)	(950,13)	-
Bolha Financeira RTP 2013/2012 CP	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - Bandeiras Tarifárias	-	(36,05)	-	(36,05)	-	(36,05)	(36,05)	-
Outros - IF CUSD Energia (DIC/FIC Supridora)	(234,84)	(4.604,85)	(3.140,63)	(1.699,07)	(1.699,07)	-	(1.699,07)	-
Conta Covid	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(512,33)	(6.044,74)	(3.782,09)	(2.774,99)	(1.699,07)	(1.075,92)	(2.774,99)	-

NOTA 09 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021	-	172,89	1.504,00	-	1.676,89
Constituição	-	36,36	-	-	36,36
Baixas/reversão	-	(15,07)	-	-	(15,07)
Atualização	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	194,18	1.504,00	-	1.698,18

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	2.996,89	669,42	-	3.666,31	669,42	-	3.666,31	2.996,89
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	85,51	14,20	-	99,71	14,20	-	99,71	85,51
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	2.013,95	655,22	-	2.669,17	655,22	-	2.669,17	2.013,95
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	897,43	-	-	897,43	-	-	897,43	897,43
Ultrapassagem de demanda	396,45	-	-	396,45	-	-	396,45	396,45
Excedente de reativos	500,98	-	-	500,98	-	-	500,98	500,98
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(246,53)	(134,89)	-	(381,42)	(134,89)	-	(381,42)	(246,53)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(18,82)	(3,76)	-	(22,58)	(3,76)	-	(22,58)	(18,82)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(142,20)	(96,47)	-	(238,67)	(96,47)	-	(238,67)	(142,20)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(85,51)	(34,66)	-	(120,17)	(34,66)	-	(120,17)	(85,51)
Ultrapassagem de demanda	(32,58)	(15,31)	-	(47,89)	(15,31)	-	(47,89)	(32,58)
Excedente de reativos	(52,93)	(19,35)	-	(72,28)	(19,35)	-	(72,28)	(52,93)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.750,36	534,53	-	3.284,89	534,53	-	3.284,89	2.750,36

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Curso	14,20	3.002,13	(2.340,74)	675,59	661,39	-	675,59	14,20
Participação Financeira do Consumidor	13,37	947,83	(701,96)	259,24	245,87	-	259,24	13,37
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	655,22	(655,22)	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	840,95	(424,60)	416,35	416,35	-	416,35	-
Valores Não Aplicados	0,83	558,13	(558,96)	-	(0,83)	-	-	0,83
Outros	279,11	164,91	-	444,02	164,91	-	444,02	279,11
Ultrapassagem de demanda	134,26	54,41	-	188,67	54,41	-	188,67	134,26
Excedente de reativos	144,85	110,50	-	255,35	110,50	-	255,35	144,85
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	293,31	3.167,04	(2.340,74)	1.119,61	826,30	-	1.119,61	293,31
Total	3.043,67	3.701,57	(2.340,74)	4.404,50	1.360,83	-	4.404,50	3.043,67

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Cabo quadruplex de alumínio 3#70+70mm ²	157,86
Transformador distribuição trif. 112,5kva	116,01
Cabo alumínio protegido 50mm xlpe 15kv	69,87
Poste circular de concreto 10 x 300 dan	64,14
Transformador distribuição trif. 75kva	44,96
Cabo de cobre nu 35mm ²	31,86
Poste circular de concreto 11 x 300 dan	28,84
Cabo de alumínio 2ca	22,52
Poste circular de concreto 10 x 600 dan	20,03
Poste circular de concreto 11 x 600 dan	17,99

Não foram efetuadas baixas nas obrigações especiais no exercício de 2022 e 2021.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 8.423,60 mil. À quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina a cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Reservas de sobras:

	2022	2021
FATES	3.834,27	3.102,98
Reserva legal	9.757,98	7.603,70
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	18.092,74	16.280,20
Total	31.684,99	26.986,88

Sobras / Perdas a Disposição da Assembleia:

	2022	2021
Sobras	2.589,34	2.636,42
(-) Perdas	-	-
Total	2.589,34	2.636,42

NOTA 12 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	19.765	19.391	58,27	57,25	48.924,51	48.467,97
Residencial	18.172	17.812	35,33	34,68	30.996,19	30.138,19
Industrial	202	189	4,77	4,36	3.936,25	3.989,36
Comercial	796	786	9,41	9,65	7.986,46	8.236,63
Rural	535	543	3,13	2,65	2.466,00	2.023,52
Poder público	43	44	0,77	1,23	680,44	1.099,19
Iluminação pública	4	4	3,56	3,50	2.025,13	2.175,84
Serviço público	13	13	1,30	1,18	834,04	805,24
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	15,52	15,81	4.391,38	5.490,29
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres			15,52	15,81	4.300,77	5.004,84
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias					90,61	485,45
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(144,21)	(202,20)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					- 33,71	- 90,10
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					- 110,50	- 112,10
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Consumidores Livres					-	-
Regulatórias	-	-	-	-	6.749,41	9.092,59
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não	-	-	-	-	6.749,41	9.092,59
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					- 695,90	- 298,34
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					-	2.326,58
IFRS					771,90	998,34
Serviços Cobráveis					141,41	82,12
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					6.532,00	5.983,89
Total	19.765	19.391	73,79	73,06	59.921,09	62.848,65

NOTA 13 – COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO AMBITO DA CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

No exercício de 2022, a Permissionária efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme demonstrado a seguir:

	2022		2021	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Compra	27.187	4.458,59	-	-
Compra estimada	-	-	-	-
Total	27.187	4.458,59	-	-

Referente ao período de 01 de Junho a 01 de Dezembro de 2022.

NOTA 14 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2022	2021
Pessoal	11.470,23	9.701,66
Remuneração	6.523,06	5.739,12
Encargos	2.477,03	2.015,85
Despesas rescisórias	153,98	209,63
Outros benefícios - Corrente	2.188,66	1.710,42
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	127,50	26,64
Administradores	470,95	450,97
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	457,60	439,40
Benefícios dos administradores	13,35	11,57
Total	11.941,18	10.152,63

NOTA 15 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Sendo a CERGA uma Permissionária Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

NOTA 16 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO
REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1966, de 24 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 21,83%, correspondendo a um efeito médio de 25,40% a ser percebido pelos consumidores.

Em 28 de setembro de 2017, tempestivamente por meio do Ofício nº 11/2017, a Confederação Nacional das cooperativas de Infra-Estrutura-Infracoop solicitou à ANEEL suspender os efeitos tarifários aplicados às cooperativas listadas, até a conclusão definitiva da metodologia para cálculo da subvenção, objeto da Audiência Pública 35/2017.

Assim, o Diretor-Geral, por entender presentes os requisitos necessários, concedeu, por meio do Despacho nº 363, de 2 de outubro de 2017, efeito suspensivo da Resolução nº 2.299, de 19 de setembro de 2017, que homologou o reajuste da Cergal, e, como consequência, informou sobre a continuidade da aplicação das tarifas homologadas em 2016.

Na 38ª Reunião Pública Ordinária, realizada em 10 de outubro de 2017, a Diretoria Colegiada decidiu apreciar novamente os processos tarifários e prorrogar as tarifas da Cergal até 31 de outubro de 2017, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.312, de 10 de outubro de 2017.

A SGT, pela Nota Técnica nº 320/2017-SGT/ANEEL, de 24 de outubro de 2017, ao se considerarem os procedimentos, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal. O resultado desse cálculo conduz ao efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 23,00%, sendo 24,05%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 22,65%, em média, para os conectados na baixa tensão.

Em 19 de setembro de 2018, através da Nota Técnica nº 208/2018_SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 14,76% (catorze vírgula setenta e seis por cento) correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 18 de setembro de 2019, através da Nota Técnica nº 176/2019 SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 10,0% (dez por cento) correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 28 de setembro de 2021, através da Nota Técnica nº 222/2021 SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 10,92% (dez vírgula noventa e dois por cento) correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Em 28 de setembro de 2022, através da Nota Técnica nº 182/2022 SGT/ANEEL, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Cergal que resultou em 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento), correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

O contrato de Permissão nº 16/2008, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da CERGAL define a data de 28 de setembro de 2012 como a data em que deverá ser processada a primeira revisão tarifária periódica.

Contudo, pela ausência de metodologia em tempo hábil para a realização do 1CRTP, foi editada a Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, onde foram estabelecidos os procedimentos a serem adotados nos processos de revisão tarifária das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, a título provisório, até a publicação das correspondentes metodologias.

Nesse sentido, foi emitida a Nota Técnica nº 329/2012-SER/ANEEL, de 17 de setembro de 2012, propondo a prorrogação da vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica da CERGA, constantes da Resolução Homologatória nº 1.206/, de 20 de setembro de 2011, até o processamento definitivo da revisão tarifária periódica da permissionária.

Com o estabelecimento da metodologia do 1CRTP das Permissionárias em 05 de março de 2013, considerados os aperfeiçoamentos metodológicos determinados na deliberação da Diretoria da ANEEL na 21ª Reunião Ordinária realizada em 11 de junho de 2013, é processada a 1CRTP da CERGA com data de competência correspondente a 28 de setembro de 2012. As tarifas determinadas serão utilizadas como referencial para a apuração de diferenças positivas ou negativas em relação às tarifas efetivamente praticadas desde aquela data, cabendo a aplicação de eventuais ajustes nos processos tarifários ordinários que forem realizados futuramente.

Para a segunda Revisão Tarifária Periódica – RTP, a permissionária adotou a metodologia estabelecida no Submódulo 8.4, revisão 1.0 e no Submódulo 8.2, revisão 2,0 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, ambos com data de vigência de 28/03/2016 e aprovados pela Resolução Normativa nº 704/2016.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.146, de 27 de setembro de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGA resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio foi de 1,93% correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores.

Em 2020, a CERGA passou pelo terceiro ciclo de revisão tarifária, onde a ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória 2.768 de 06 de outubro de 2020, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGA resultantes do processo de reajuste tarifário de 2020, cujo reajuste médio foi de 0,51% correspondente ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores.

RESUMO DA REVISÃO TARIFÁRIA (OU REAJUSTE TARIFÁRIO)

Aplicando-se as metodologias definidas no Submódulo 8.5, versão 1.0 atualizado pela resolução 788/2017 e no Submódulo 8.2, versão 2.0, atualizado pela resolução 704/2016, o resultado da Revisão Tarifária Periódica da permissionária é apresentado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, outras receitas bem como os componentes financeiros e a receita verificada.

As tarifas de aplicação constantes neste reajuste tarifário estarão em vigor no período de 30º de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2023.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	5.916.357,73	8.597.712,78	45,32%	6,07%	17,92%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	86.843,55	96.816,85	11,48%	0,02%	0,20%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.963.067,66	5.828.267,80	47,06%	4,22%	12,14%
CDE Conta-COVID	1.122.879,79	1.175.911,39	4,72%	0,12%	2,45%
CDE Eletrobras		(912.460,99)	0,00%	-2,07%	-1,90%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	103.653,08	1.437.168,16	1.286,52%	3,02%	2,99%
PROINFA	639.913,65	972.009,57	51,90%	0,75%	2,03%
ENERGIA COMPRADA	12.657.586,23	10.693.107,01	-15,52%	-4,45%	22,28%
Energia	12.657.586,23	10.693.107,01	-15,52%	-4,45%	22,28%
TRANSPORTE DE ENERGIA	5.687.384,39	6.040.840,72	6,21%	0,80%	12,59%
Uso do sistema de distribuição	5.687.384,39	6.040.840,72	6,21%	0,80%	12,59%
Total de Parcela A	24.261.328,36	25.331.660,51	4,41%	2,42%	52,79%
Total de Parcela B	19.887.007,25	22.658.433,21	13,94%	6,28%	47,21%
Varição econômica				8,70%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		584.134,97		1,32%	
Neutralidade Encargos Setoriais		228.655,10		0,52%	
Neutralidade Financeiros e Encargos Conta Covid		54.463,67		0,12%	
Compensação DIC FIC		(2.795,57)		-0,01%	
Subvenção CDE		(831.873,76)		-1,88%	
Crédito de Pis Cofins sobre ICMS		(129.009,14)		-0,29%	
Reversão do Diferimento de Compra de Energia		1.630.909,37		3,69%	
CVE - Energia		(51.603,81)		-0,12%	
CVE - Encargos		(83.011,57)		-0,19%	
Conta Escassez		(1.668.346,95)		-3,78%	
Sobrecontratação/Exposição de Energia		142,94		0,00%	
Reversão de Risco Hidrológico		(748.442,14)		-1,70%	
Previsão de Risco Hidrológico		888.342,20		2,01%	
Total Financeiros	-	128.434,68		-0,29%	
Varição econômica e financeira				8,41%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				1,50%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				9,91%	

Os custos da

Parcela A representam 52,79% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 2,42% da variação econômico-financeira da Cergal, com destaque para:

a) Encargos Setoriais. O valor total dos encargos setoriais corresponde ao efeito de 6,07 % no presente reajuste tarifário. Destaca-se, principalmente, ao aumento do orçamento da CDE-USO, efeito de 0,38%, decorrente do cálculo das cotas anuais de CDE para o ano de 2021. bem como devido ao início do pagamento da CDE Conta Covid, com impacto tarifário de 2,60%. Vale Destacar que, como a permissionária comprou energia de uma comercializadora e passará a ser agente da CCEE em 2022, terá que arcar com os custos do Encargo de Serviço do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER. A inclusão desse encargo causou um aumento tarifário de 0,23%.

b) Custos de Transmissão. O valor dos custos com o uso do sistema de distribuição equivale a um impacto tarifário de 0,80%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário da supridora Celesc.

c) Compra de Energia. O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de -4,45% na tarifa vigente. Essa variação é decorrente do preço médio de aquisição de energia que combina a compra de energia no Ambiente de Contratação Livre-ACL com as novas tarifas de suprimento da Celesc para a Cergal.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 47,21% da Receita, resultando num efeito de 6,28% na variação econômico-financeira da tarifa vigente. Ao resultado da variação econômica, de 8,70%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -0,29%, que somado a retirada dos financeiros do processo anterior de 1,50%, resultou no efeito médio final para o consumidor de 9,91%.

Notas Conciliatórias
Societária
X
Regulatória

NOTA 17 – CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Permissionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Permissionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CER GAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	20.530,92	0,00	20.530,92	18.925,36	0,00	18.925,36
Caixa e bancos	1.470,61	0,00	1.470,61	1.282,55	0,00	1.282,55
Aplicações financeiras	4.111,07	0,00	4.111,07	1.521,73	0,00	1.521,73
Consumidores de energia a receber	10.795,31	0,00	10.795,31	11.475,99	0,00	11.475,99
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.630,82	0,00	-1.630,82	-1.398,38	0,00	-1.398,38
Impostos a recuperar	909,01	0,00	909,01	514,85	0,00	514,85
Estoques	265,44	0,00	265,44	186,47	0,00	186,47
Serviços em curso	205,70	0,00	205,70	352,09	0,00	352,09
Ativos Regulatorios	2.590,92	0,00	2.590,92	1.689,41	0,00	1.689,41
Despesas de exercícios seguintes	81,00	0,00	81,00	55,95	0,00	55,95
Outros créditos	1.732,68	0,00	1.732,68	3.244,70	0,00	3.244,70
NÃO CIRCULANTE	48.551,23	9.095,92	39.455,31	45.693,76	10.057,92	35.635,84
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	755,62	-8.841,71	9.597,33	821,86	-8.228,81	9.050,67
Impostos a recuperar	378,01	0,00	378,01	248,38	0,00	248,38
Serviços em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo indenizado (Permissão)	0,00	-8.841,71	8.841,71	0,00	-8.228,81	8.228,81
Outros créditos	377,61	0,00	377,61	573,48	0,00	573,48
INVESTIMENTOS	160,61	0,00	160,61	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZADO	47.442,34	43.543,46	3.898,88	44.607,98	40.804,62	3.803,36
INTANGÍVEL	192,66	-25.605,83	25.798,49	263,92	-22.517,89	22.781,81
TOTAL DO ATIVO	69.082,15	9.095,92	59.986,23	64.619,12	10.057,92	54.561,20

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CER GAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	PASSIVO						
	NOTA	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE		11.185,62	0,00	11.185,62	12.300,29	0,00	12.300,29
Fornecedores		2.583,60	0,00	2.583,60	4.001,21	0,00	4.001,21
Salários e ordenados a pagar		981,73	0,00	981,73	818,80	0,00	818,80
Impostos, taxas e contribuições		747,18	0,00	747,18	2.146,43	0,00	2.146,43
Passivos regulatórios	01	2.774,99	0,00	2.774,99	1.726,11	0,00	1.726,11
Obrigações estimadas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos setoriais		591,75	0,00	591,75	451,32	0,00	451,32
Pesquisa e desenv. e eficiência energética		0,00	0,00	0,00	315,92	0,00	315,92
Repasses a realizar		533,31	0,00	533,31	455,05	0,00	455,05
Provisão para litígios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros débitos		2.973,06	0,00	2.973,06	2.385,45	0,00	2.385,45
NÃO CIRCULANTE		6.102,68	0,00	6.102,68	4.720,56	0,00	4.720,56
Fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para contingências		194,18	0,00	194,18	172,89	0,00	172,89
Contingências fiscais		1.504,00	0,00	1.504,00	1.504,00	0,00	1.504,00
Passivos regulatórios	01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações vinc. ao serviço público		4.404,50	0,00	4.404,50	3.043,67	0,00	3.043,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05	51.793,85	9.095,92	42.697,93	47.598,27	10.057,92	37.540,35
Capital social		8.423,60	0,00	8.423,60	7.917,05	0,00	7.917,05
Reserva legal		9.757,98	0,00	9.757,98	7.603,70	0,00	7.603,70
Reavaliação regulatório compulsória	05	9.095,92	9.095,92	0,00	10.057,92	10.057,92	0,00
Ajustes / Resultados regulatórios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fates		3.834,27	0,00	3.834,27	3.102,98	0,00	3.102,98
Fundo de manutenção		18.092,74	0,00	18.092,74	16.280,20	0,00	16.280,20
Sobras a disposição da AGO		2.589,34	0,00	2.589,34	2.636,42	0,00	2.636,42
TOTAL DO PASSIVO E PL		69.082,15	9.095,92	59.986,23	64.619,12	10.057,92	54.561,20

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA	PERÍODOS					
	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
INGRESSOS OPERACIONAIS	59.921,09	(2.585,59)	62.506,68	62.848,65	(11.733,17)	74.581,82
Fornecimento de energia	15.124,20	-	15.124,20	17.820,25	-	17.820,25
Uso do sistema de distribuição	37.852,19	-	37.852,19	35.935,81	-	35.935,81
Ativos e passivos regulatórios	(928,66)	-	(928,66)	3.026,58	-	3.026,58
Receita de construção	04 -	(2.585,59)	2.585,59	-	(11.733,17)	11.733,17
Outras receitas operacionais	7.873,36	-	7.873,36	6.066,01	-	6.066,01
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(16.026,57)	-	(16.026,57)	(21.622,51)	-	(21.622,51)
Tributos e contribuições sobre a receita	(10.188,86)	-	(10.188,86)	(13.311,61)	-	(13.311,61)
Encargos do consumidor	(5.837,71)	-	(5.837,71)	(8.310,90)	-	(8.310,90)
INGRESSOS LÍQUIDOS	43.894,52	(2.585,59)	46.480,11	41.226,14	(11.733,17)	52.959,31
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(39.664,60)	1.881,13	(41.545,73)	(37.025,35)	10.972,39	(47.997,74)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(20.502,74)	-	(20.502,74)	(20.613,23)	-	(20.613,23)
Custo com energia elétrica	-	-	-	(533,81)	-	(533,81)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(690,08)	-	(690,08)	(846,43)	-	(846,43)
Custo de operação						
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(11.941,18)	-	(11.941,18)	(10.152,63)	-	(10.152,63)
Material	(897,67)	-	(897,67)	(797,49)	-	(797,49)
Serviços de terceiros	(2.961,35)	-	(2.961,35)	(2.606,31)	-	(2.606,31)
Arrendamento e aluguéis	(21,86)	-	(21,86)	(21,15)	-	(21,15)
Tributos	(104,44)	-	(104,44)	(31,55)	-	(31,55)
Seguros	(123,47)	-	(123,47)	(51,79)	-	(51,79)
Doações, contribuições e subvenções	(135,03)	-	(135,03)	(143,74)	-	(143,74)
Provisão para Devedores Duvidosos	(656,48)	-	(656,48)	754,81	-	754,81
Reversão Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	06 (2.439,96)	(704,46)	(1.735,50)	(2.066,09)	(760,75)	(1.305,34)
(-) Recuperação de Despesas	793,83	-	793,83	426,86	-	426,86
Custo de Construção	04 -	2.585,59	(2.585,59)	-	11.733,14	(11.733,14)
Outros	15,83	-	15,83	(342,80)	-	(342,80)
SOBRA BRUTA	4.229,92	(704,46)	4.934,38	4.200,79	(760,78)	4.961,57
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	531,39	-	531,39	606,28	-	606,28
Dispêndios financeiros	(546,11)	-	(546,11)	(302,73)	-	(302,73)
Ingressos financeiros	1.077,50	-	1.077,50	909,01	-	909,01
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR	4.761,31	(704,46)	5.465,77	4.807,07	(760,78)	5.567,85
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(85,32)	-	(85,32)	(62,70)	-	(62,70)
Contribuição social	(28,94)	-	(28,94)	(22,95)	-	(22,95)
Imposto de renda	(56,38)	-	(56,38)	(39,75)	-	(39,75)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	06 4.675,99	(704,46)	5.380,45	4.744,37	(760,78)	5.505,15

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Não existem ajustes referente aos Ativos Financeiros que são decorrentes da contabilização das Neutralidades da Parcela A que estão em formação, sendo que na contabilidade societária também estão sendo reconhecidos, quando da assinatura do aditivo do contrato de permissão.

[2] ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO

Os ajustes dos Ativos Financeiros da Permissão são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

[3] IMOBILIZADO

Os ajustes da Reavaliação Regulatória e Depreciação são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

[4] RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Permissão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Permissão.

[5] CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E SOBRES (SOCIETÁRIA E REGULATÓRIA).

	2022	2021
Saldo Societário	42.697,93	37.540,34
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	9.095,92	10.057,93
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	22.103,28	22.103,28
Realização - reavaliação regulatória compulsória	(13.007,36)	(12.045,35)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos Regulatório	51.793,85	47.598,27

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra /as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Os ativos e passivos financeiros regulatórios foram todos registrados na contabilidade societária com a assinatura do aditivo do contrato de permissão. Com isso, estes valores não geram diferenças entre o patrimônio líquido da societária e regulatória.

[6] CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	5.380,45	5.505,15
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária x regulatória	(704,46)	(760,78)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(704,46)	(760,78)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	4.675,99	4.744,37

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2020, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Ativos e passivos financeiros setoriais: Trata-se de valores regulatórios que anteriormente eram registrados somente na contabilidade regulatória. Com a assinatura do aditivo do contrato de permissão, estes valores também estão sendo registrados na contabilidade societária. Desta forma, não houveram ajustes entre 2021 e 2022.

NOTA 18 – LEI DE PROTEÇÃO DOS DADOS

Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa cooperativa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis.

Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa permissionária, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, estando em fase de revisão dos contratos com usuários, funcionários e parceiros, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

NOTA 19 – NOVO MARCO REGULATÓRIO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída (GD) pelo sistema de compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa permissionária, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas.

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da permissionária, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras.

Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

NOTA 20 – OUTROS ASSUNTOS

CRÉDITOS DE PIS E COFINS – EXCLUSÃO DE ICMS DA BASE DE CÁLCULO

Conforme registros fiscais e contábeis, a Permissionária tem possível crédito de Pis e Cofins no montante de R\$ 129 mil reais. Tais valores estão sendo devolvidos aos consumidores da CERGA como item financeiro e descontado na tarifa de energia no período de 11/2022 a 10/2023.

Para a efetivação do crédito a Cooperativa estará iniciando no próximo período processo administrativo na Receita Federal do Brasil

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 04 e 05 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA com data de 06 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor



A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGA com data de 06 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,



dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 14 de abril de 2023.